



COLÉGIO
PLANALTO
FOMENTO



PROJETO EDUCATIVO

Livro I

IDEÁRIO



Índice

Índice.....	3
Princípios Básicos de Educação	7
A. Pais.....	7
B. Professores.....	8
C. Alunos.....	8
D. Pessoal não docente	8
O Estilo Educativo do Colégio Planalto	9
A. Introdução	9
B. Os Estilos da Educação Personalizada	9
1. Estilo integrador e aberto	9
2. Estilo reflexivo e criador	10
3. Estilo singularizador e convivencial	11
4. Estilo optimista	11
C. UM ESTILO PRÓPRIO	11
D. O Protagonismo dos Pais na Educação dos seus Filhos	12
E. O Perfil Ideal de Pessoa Humana	13
1. Em relação aos conhecimentos:.....	13
2. Em relação às aptidões:.....	14
3. Em relação aos valores:	14
4. Em relação à unidade de vida:.....	15
F. Educação Completa e Integral.....	15
1. Educação dos processos de trabalho intelectual.....	16
2. Educação da inteligência	16
3. Educação da vontade	17
4. Educação na liberdade.....	17
5. Educação nos valores	19
6. Educação da afectividade e da sexualidade.....	20
7. Educação mediante o trabalho bem feito	22

8. Educação para os valores sociais e a solidariedade	23
9. Educação ambiental.....	24
10. A educação como consumidor	24
11. Educação para a arte e o belo.....	25
12. Educação da saúde física e mental.....	25
G. O PROFESSOR COMO EDUCADOR.....	26
1. Dimensão orientadora do trabalho do professor	26
2. A Equipa Educadora e a formação dos alunos	27
3. As qualidades do educador	27
III. O Estilo Educativo a Actividade Docente.....	29
A. As Funções do Professor	29
B. O Professor Mediador dos Processos de Aprendizagem	29
C. O Trabalho em Equipa.....	30
D. Motivação	30
E. Atenção Pessoal aos Alunos	31
F. A Consideração Especial da Língua como Veículo do Pensamento	32
G. O Trabalho Autónomo e Cooperativo do Aluno	33
H. Aprendizagem Significativa.....	33
I. Ambiente Favorável para a Aprendizagem	34
J. Integração das Tecnologias da Informação e Comunicação.....	34
K. Desenvolvimento da Segurança e Auto-Estima dos Alunos.....	35
L. Contar com o Ritmo Pessoal de Aprendizagem.....	35
M. Avaliação.....	35
IV. O Estilo Educativo e a Acção Orientadora.....	39
A. O Preceptor e a Orientação Pessoal	39
1. Atitudes do preceptor	39
2. Em primeiro lugar a família.....	41
3. As entrevistas de preceptorado	42
4. A orientação pessoal.....	43
5. A orientação académica.....	43
6. A Orientação Profissional	44
B. Os Meios Colectivos de Orientação	44
1. O Director de Turma	44

2. O ambiente educativo da aula	45
3. A Reunião de Turma.....	46
4. Conselho de Alunos	47
5. Os encargos dos alunos.....	48
6. O Programa de Orientação e Formação	48
7. As Assembleias de alunos	49
8. Os Convívios de Estudo	49
C. Os Meios De Formação Cristã.....	50
V. O Estilo Educativo e as Normas de Convivência	53
A. Necessidade de Normas Básicas de Convivência.....	53
B. A Disciplina como Instrumento Educativo	54
C. Características Das Sanções	55
D. O Reforço Educativo	55
E. Participação dos Alunos.....	56
F. Suspensão De Frequência Das Aulas	56
G. Cordialidade, Alegria e Disciplina.....	57

Princípios Básicos de Educação

A.

Os Princípios Básicos que norteiam a ação educativa do Colégio Planalto constituem património comum dos colégios de Fomento, entidade criada por um grupo de pais, em 1978, para proporcionar às famílias uma educação integral e completa, inspirada na concepção cristã do homem e da vida à luz do Magistério da Igreja Católica, no âmbito duma estreita colaboração das famílias com o centro educativo, em unidade de projeto, tarefas e dedicação. O estilo educativo assumido pelo Colégio rege-se por estes Princípios Básicos de Educação, que hão-de em cada momento dirigir e orientar a atividade da comunidade educativa do Planalto, constituída pelos pais, professores e alunos. Educação O Colégio entende a educação como ajuda ao aluno para que seja capaz de livremente formular e realizar o seu próprio projeto pessoal de vida, bem como desenvolver nela a capacidade de o levar a cabo. A formação cultural e técnica, o desenvolvimento de critérios próprios e o uso responsável da liberdade são simultaneamente objectivos e meios fundamentais da educação. As atividades de ensino-aprendizagem implicam sempre a integração dos conteúdos disciplinares, das capacidades e destrezas a desenvolver, e dos valores que configuram uma personalidade humanamente rica. As famílias organizam-se no quadro da Colaboração Familiar em função das turmas e anos de escolaridade, com formas de participação e atividades próprias, em sintonia de atuação com os órgãos colegiais em ordem à coerência de esforços na educação dos alunos. Sem harmonia real entre o Colégio e a família, não seria possível o enraizamento coerente dos valores fundamentais, o acesso ao saber e à cultura, no exercício da cidadania e da liberdade. O Colégio não é confessional e tem o maior respeito pela liberdade das consciências, mas a matriz doutrinal e ética da educação que aqui se desenvolve é cristã. Todos os pais, cristãos ou não, são claramente informados a esse respeito desde o seu primeiro contacto com o Planalto. A assistência espiritual está confiada a sacerdotes do Opus Dei.

B. Pais

1. A educação é uma responsabilidade irrenunciável dos pais, com os quais o Colégio colabora - sem os substituir - na formação dos filhos.
2. Os pais mantêm uma relação pessoal contínua com o Colégio, sobretudo através do preceptor, a fim de coordenarem o trabalho educativo familiar com o do Colégio, que se define como complemento e prolongamento da própria família.
3. A Colaboração Familiar desenvolve - através dos Casais Encarregados de Turma - diversas atividades para os pais, e com os pais, que enriquecem a vida da comunidade educativa de que o Colégio é polarizador.
4. O Colégio proporciona aos pais atividades de formação pessoal e de orientação familiar para os ajudar na sua missão de primeiros educadores dos seus filhos.
5. A opção dos pais pelo modelo de ensino em vigor no Planalto é livre e corresponde à aceitação dos seus Princípios Básicos e estilo de ensino.
6. Os pais ao integrarem-se no Planalto fazem-no com a disposição habitual de conjugar construtivamente a ação educativa familiar com a do Colégio, de colaborarem harmoniosamente com os professores, preceptores e órgãos colegiais na consecução dos objectivos educativos.

C. Professores

1. Ao ingressar no Colégio, o professor aceita os seus Princípios Básicos e compromete-se a respeitá-los e aceitá-los como característica da cultura da instituição, de acordo com as diretrizes concretas veiculadas pela Direcção. 2. No Colégio, cada professor é um educador, porque ensino e educação são inseparáveis. 3. O professor deve esforçar-se por manter uma atitude eficaz de superação pessoal e por aproveitar todos os meios que o Colégio lhe proporciona para realizar com competência o seu trabalho. 4. Na relação do professor com o aluno, a autoridade - consequência do prestígio humano e profissional - harmoniza-se com a amizade leal e franca que facilita o esforço e o trabalho de cada aluno.

D. Alunos

1. O aluno é o protagonista da sua própria educação, na qual converge e se ordena a ação de todos os factores educativos. 2. A educação no Planalto visa proporcionar, com o máximo rigor, os conteúdos científicos e culturais exigidos em cada ciclo. A formação curricular completa-se com atividades que enriquecem o processo de formação e permitem a plena inserção dos alunos na comunidade educativa, na família e na sociedade. 3. Consideram-se valores prioritários: o espírito de trabalho; a formação de critérios próprios; o uso responsável da liberdade; o respeito pelos outros; o desenvolvimento das capacidades e destrezas individuais; o trabalho bem feito, porque só é educativa a atividade bem realizada, só esta é fonte de alegria. 4. Mediante a ajuda pessoal, o preceptor fomenta em cada aluno o cultivo das virtudes humanas e valores cívicos, fundamentos da maturidade, que o ajudam a procurar o bem comum e o progresso social. 5. A disciplina escolar entende-se como o domínio de si próprio, a fim de ajustar a conduta às exigências do trabalho e da convivência. Esta fundamenta-se no Colégio numa base tripla: confiança, liberdade e responsabilidade. Através do ensino, os alunos aprendem a pensar, através da convivência aprendem a viver, num clima de alegria, como reflexo da riqueza interior.

E. Pessoal não docente

1. O trabalho do pessoal não docente constitui um contributo imprescindível para o bom funcionamento do Colégio e para a formação dos alunos. O Colégio proporciona-lhe os meios adequados para melhorar a sua preparação humana e profissional.

2. Atua em sintonia com o Ideário do Colégio e espírito de corresponsabilidade na tarefa educativa.

O Estilo Educativo do Colégio Planalto

A. Introdução

1. A educação é uma responsabilidade irrenunciável dos pais, com os quais o Colégio colabora - sem os substituir - na formação dos filhos. 2. Os pais mantêm uma relação pessoal contínua com o Colégio, sobretudo através do preceptor, a fim de coordenarem o trabalho educativo familiar com o do Colégio, que se define como complemento e prolongamento da própria família. 3. A Colaboração Familiar desenvolve - através dos Casais Encarregados de Turma - diversas atividades para os pais, e com os pais, que enriquecem a vida da comunidade educativa de que o Colégio é polarizador. 4. O Colégio proporciona aos pais atividades de formação pessoal e de orientação familiar para os ajudar na sua missão de primeiros educadores dos seus filhos. 5. A opção dos pais pelo modelo de ensino em vigor no Planalto é livre e corresponde à aceitação dos seus Princípios Básicos e estilo de ensino. 6. Os pais ao integrarem-se no Planalto fazem-no com a disposição habitual de conjugar construtivamente a ação educativa familiar com a do Colégio, de colaborarem harmoniosamente com os professores, preceptores e órgãos colegiais na consecução dos objectivos educativos.

B. Os Estilos da Educação Personalizada

1. Estilo integrador e aberto

Antes de expormos as componentes do estilo educativo do Planalto, apresentamos brevemente as características do estilo da educação personalizada. Esta apoia-se nas notas fundamentais inerentes ao conceito de pessoa: singularidade (ser único e criativo), autonomia (ser livre e capaz de se autodirigir) e abertura (capacidade de comunicação e expressão). Daqui derivam quatro estilos próprios da educação personalizada.

O processo educativo deverá ser um todo integrado conducente à unidade dos conhecimentos entre si e destes com a vida, de modo a desenvolver capacidades para estabelecer relações, valorizar e ordenar o conhecimento num conjunto organizado de saberes. A educação deve tender à unificação e não à dispersão, deve esforçar-se por fomentar no homem a harmonia e a unidade interior.

A fragmentação curricular, a pluralidade de incidências sobre aluno e a diversidade de tarefas exigidas ao professor exigem uma atitude integradora para que a formação não se transforme numa soma de atividades desconexas e incompletas, antes dê um sentido ao saber e à vida, mediante a reflexão para entender o que se aprende, o significado e a consequência do que se faz.

Além de integradora, a educação personalizada exige espírito de abertura para utilizar todos os métodos pedagógicos adequados e para superar atitudes redutoras do desenvolvimento educativo, que reduzem a pessoa humana à mera recepção e reação perante factores externos. A educação precisa de estar aberta na ordem teórica a qualquer ideia razoável e, na ordem prática, a qualquer atividade que possa ser útil.

A capacidade de abertura desenvolve-se em três níveis:

- A nível objectivo, pela abertura do homem às coisas que o rodeiam, ao mundo objectivo, do qual recebe os primeiros estímulos necessários para a sua vida.
- A nível social, determinado pela abertura aos outros sujeitos com quem necessariamente tem de conviver para desenvolver eficazmente a sua personalidade.
- A nível transcendental, ou seja, a possibilidade que o homem tem de se interrogar pela existência de algo que transcende a realidade que o circunda e a possibilidade de relação com essa existência.

Estes três níveis condicionam no homem três atitudes diferentes: domínio das coisas, colaboração com os outros e aceitação de outras realidades.

2. Estilo reflexivo e criador

No conceito de educação personalizada, qualquer ato educativo deve chegar ao fundo da pessoa, ou seja, deve entrar no campo da consciência pessoal, porque é nela que os atos são realmente humanos.

O trabalho educativo deve apoiar-se na reflexão do sujeito que se educa. Caracteriza-se por reflexivo o estilo de educação personalizada pela particular insistência que põe na necessidade de provocar a reflexão no aluno como elemento fundamental do carácter humano da aprendizagem. A reflexão na medida em que é um olhar até ao interior da pessoa para elaborar dados obtidos pela observação externa, formular juízos, estabelecer novas relações criativas, decidir sobre os acontecimentos exteriores, é uma componente típica que torna humana aprendizagem e a diferencia da animalesca.

A reflexão torna presente um ser perante si próprio. Através dela somos conscientes da nossa vida, descobrimos o sentido positivo e negativo da realidade que temos na frente. A reflexão promove e reforça os “critérios objectivos” e o “pensamento crítico”, aumentando a capacidade de avaliar por si próprio as coisas, os atos e as situações. Quem não possui uma visão própria das pessoas e dos acontecimentos que podem surgir e das atividades que se podem realizar, está sempre pendente da opinião alheia, por carecer de recursos mentais próprios.

O aluno há de possuir consciência do sentido das tarefas que realiza. Descobrir o sentido de um ato e tomar consciência do que há de realizar, significa alcançar o mais profundo da personalidade humana. Um ato educativo que não consegue este objectivo fica a meio caminho.

Quando, por efeito da reflexão, alguém acolhe a sua própria decisão entre várias possibilidades, pode-se falar em ato criativo. A atividade criadora como ato original do sujeito, estende-se a todas as manifestações da vida. Certamente que a arte e a ciência são campos adequados para a criatividade, mas também o são a vida corrente, a vida escolar, social e familiar.

Não se poderá educar personalizando sem promover e reforçar a capacidade criativa dos alunos.

Tendo em conta que qualquer atividade escolar começa no próprio professor, a necessidade de formação na capacidade criativa dos alunos exige a capacidade e a ação criativa do professor, sendo isto uma característica necessária do estilo docente personalizado.

3. Estilo singularizador e convivencial

A menção da criatividade, nascida da reflexão e da originalidade do sujeito aponta para uma das características próprias da pessoa: a sua singularidade. Esta não é apenas uma diferenciação numérica, mas uma distinção qualitativa que faz de cada homem - logo de cada aluno - quem é, diferente dos outros.

A singularidade torna necessária uma das grandes tarefas que se exige ao professor: a atenção pessoal. Esta adquire relevo especial quando qualificamos de personalizado um tipo de educação.

Todavia, não se poderá cair no risco de reduzir a educação ao cultivo exclusivo das características individuais de cada aluno, pelo que se deve ter em conta uma outra necessidade fundamental do homem, a comunicação com os outros.

Para formar e compor uma unidade, sobretudo uma unidade criadora, os componentes individuais não de ser de natureza diferente, ou mesmo opostos. Mas a complementaridade de factores opostos exige que a singularidade se vincule à comunidade, de modo que seja um elemento convivencial, o qual por sua vez satisfaz a necessidade humana de comunicação. A relação entre os alunos converte-se num meio através do qual cada um contribui para a educação dos outros.

4. Estilo optimista

O tom vital do estilo docente próprio da educação personalizada poderia designar-se por optimismo real, já que se apoia na visão completa da realidade da vida humana.

Esta apoia-se no conhecimento das coisas sensíveis que rodeiam o homem; nelas encontra prazeres materiais, como seja a satisfação das necessidades materiais, a comida, o vestuário, a habitação, a atividade e o repouso. Mas o gozo das coisas materiais aperfeiçoa-se na complacência de bens espirituais: a amizade, o trabalho bem feito, a contemplação de coisas belas. O homem precisa de descobrir tudo o que há de espiritual nas coisas que o rodeiam para encontrar nelas fontes de alegria.

O optimismo no campo pedagógico manifesta-se na esperança irrenunciável que o educador tem na capacidade perfectível dos seus alunos, começando pelo empenho na sua própria perfeição. Trata-se de um optimismo que se refere à vida em geral e que se completa tanto na vida do professor como na dos alunos.

C. UM ESTILO PRÓPRIO

Os pais, professores e alunos, ao incorporarem-se no Planalto, aceitam livremente e comprometem-se a manter este estilo educativo que se adapta ao meio envolvente e à tradição cultural onde se insere o Colégio. Para além deste pano de fundo comum, os membros da

comunidade educativa são individualmente diversíssimos, pelo que podemos falar de um estilo próprio, mas não de uniformismo.

O estilo educativo inspira um modo peculiar de conceber a vida diária do Colégio ou seja, configura as linhas mestras de um estilo de ensino, de aprendizagem, de orientação e de convivência que vincula todos os professores.

Não se trata aqui de particularizar técnicas metodológicas próprias de um projeto inovador concreto (que serão referidas no lugar próprio), ou as decisões que correspondem ao professor, ao preceptor à equipa de professores; mas de expor critérios que qualquer técnica ou decisão metodológica adoptada deverá respeitar, e que ajudem a discernir a coerência das metodologias ou modos de fazer com o nosso estilo educativo.

As ideias que se expõem a seguir não pretendem ser uma declaração de boas intenções ou um estudo teórico sobre educação, mas prática efetiva na vida do Colégio. A exposição - concisa - do estilo educativo é um instrumento de trabalho necessário para conseguir a atuação coerente dos educadores e a tomada de decisões de harmonia com o nosso ideário.

D. O Protagonismo dos Pais na Educação dos seus Filhos

Por natureza, o direito irrenunciável e a responsabilidade da educação dos alunos corresponde aos pais, que o colégio ajuda na sua tarefa, não delegável, de primeiros e fundamentais educadores, conscientes de que, por maior que seja a influência educativa da escola, não tem a profundidade, nem a extensão, nem a continuidade do ambiente familiar.

A família é o âmbito próprio do desenvolvimento mais profundo da pessoa: as atitudes mais radicais ante a vida, a formação moral e religiosa, o uso responsável da liberdade e, em geral, a orientação e o cultivo da personalidade educam-se principalmente no seio da família. É ali, onde a pessoa recebe os primeiros e mais decisivos estímulos para o desenvolvimento sensorial, linguístico, intelectual e físico. A família e a escola apoiam-se mutuamente, embora o protagonismo e a principal responsabilidade corresponda à primeira.

A responsabilidade dos pais na educação dos filhos compreende todos os aspectos da mesma, bem como a sua aprendizagem, enquanto atividade e meio fundamental para a formação da inteligência e da vontade. O colégio que os pais escolhem para os seus filhos, utilizando o seu direito, é um complemento educativo da família, nunca um substituto. Nem sequer a formação intelectual é tarefa exclusiva da escola, embora o seja preferentemente, pois a família tem nisso a sua responsabilidade: a criação e manutenção de uma cultura familiar, no mais pleno sentido do termo, o cultivo intelectual através da comunicação, a ajuda e o alento mútuo num âmbito de segurança, de amor e de aceitação.

Quando a família e o Colégio se assumem como dois âmbitos equilibrados e coerentes em valores, temos as bases firmes de uma educação de qualidade.

Corresponde à escola, em primeiro e principal lugar, ajudar os pais dos alunos para que possam ser de facto o que lhes corresponde por direito: os primeiros e principais educadores dos seus filhos.

Originariamente, os pais são os únicos que têm o direito e o dever de educar os seus filhos. Os professores participam desse direito-dever de forma subsidiária, na medida em que os pais lhes solicitam esse encargo, sem com isso alienar a sua responsabilidade. São os pais que devem propor as metas educativas para os seus filhos e os que traçam as linhas mestras dum autêntico projeto educativo pessoal: Que quero para o meu filho? Como o quero educar?

Quanto mais consciente, perseverante e coerente seja a ação educativa familiar, maior será a sua influência na formação dos filhos. Quando falta esta vida educativa familiar, os filhos sofrem importantes carências no seu desenvolvimento. O tempo partilhado entre pais e filhos é muito importante para o desenvolvimento equilibrado dos filhos e para a construção duma vida familiar sã. A relação a que nos referimos supõe, antes de mais, dedicar tempo aos filhos, e nesta dedicação é mais importante a qualidade do que a quantidade. Deve ser uma relação realmente educativa.

Este modo de actuar configura um clima familiar que, baseado na íntima unidade do casal e num projeto familiar, cristalizará num estilo familiar de educação coerente com o modo de ser e de actuar irrepetível de cada família.

Por todas estas razões, interessa facilitar e fomentar a intervenção dos pais na educação dos filhos. Esta tarefa apresenta-se como objectivo primordial da atividade dos professores: oferecer aos pais ocasiões e meios de actuar de forma educativa com os seus filhos no seu âmbito próprio, o ambiente familiar, com o seu bom exemplo e compartilhando o tempo com os filhos em atividades realmente educativas e enriquecedoras para toda a família.

O colégio deve conseguir, de forma positiva, que os pais dediquem o melhor do seu tempo aos filhos. Os pais precisam que se lhes proporcione entusiasmo e segurança de que são capazes de educar bem os seus filhos, apresentando-lhes um amplo leque de sugestões práticas e modos de fazer educativos na família. As entrevistas de preceptorado representam um momento especialmente oportuno para este fim.

Os cursos, conferências e sessões de formação que o colégio proporciona aos pais facilitam a aquisição de conhecimentos e destrezas necessárias à educação dos filhos. Outro modo de favorecer este protagonismo é, por exemplo, manter os pais informados dos conteúdos académicos que se trabalham em cada momento no colégio e das possibilidades que a família possui para a sua melhor aprendizagem. Por isso, é importante estabelecer informação frequente e fluida entre o colégio e as famílias sobre as atividades escolares, bem como dos objectivos que vão alcançando e das dificuldades que encontram.

E. O Perfil Ideal de Pessoa Humana

O perfil de pessoa humana que se aspira formar pode ser caracterizado pelos aspectos seguintes:

1. Em relação aos conhecimentos:

- Ser suficientemente informado para conhecer o meio onde vive e as pessoas com quem se relaciona: família, mundo do trabalho, manifestações culturais, vida religiosa, características da sociedade em geral.

- Possuir conhecimentos sistemáticos que lhe permitam compreender e dominar os principais elementos das áreas científicas: ciências naturais, do homem e transcendentais; ciências formais da linguagem e da matemática; conhecimentos de ordem artística, técnica e moral.

- Capaz de compreender as ideias fundamentais que o tornem capaz de valorizar as coisas, as pessoas, os acontecimentos e a malha de relações que envolvem a sua vida, como sejam a vida e a morte, a felicidade e a dor, o amor, a família, a sociedade, a natureza, a perfeição, a finalidade das coisas e a realidade sobrenatural.

2. Em relação às aptidões:

- Possuir capacidade para realizar as operações básicas do pensar e do actuar: observação e aceitação objectiva da realidade, leitura e cálculo, análise e síntese, reflexão e raciocínio, fixação e recordação de conhecimentos, criatividade, expressão verbal e não verbal...

- Autonomia e capacidade de iniciativa na sua vida individual, nas suas relações sociais e na sua vida de trabalho.

- Conhecimento objectivo de si próprio, das suas aptidões e possibilidades, desenvolvendo--as ao máximo.

- Possuir conhecimentos culturais básicos e adquirir hábitos e métodos de trabalho que capacitem para os estudos posteriores e desempenho com êxito de um lugar no mundo do trabalho e na vida social.

- Desenvolver as capacidades básicas do pensamento e actuar com autonomia, iniciativa e criatividade.

3. Em relação aos valores:

- Critério para ajuizar as suas possibilidades de ação e tomar decisões dignas e justas no uso da sua liberdade.

- Aceitação da responsabilidade pessoal nas decisões que tome e nas acções que realize.

- Conhecimentos e hábitos adequados, especialmente sensoriais e motores, de alimentação e de higiene, para a manutenção e atividade física corporal.

- Bom gosto na linguagem e nas atitudes, bem como sensibilidade para apreciar a beleza na natureza, na arte e na vida corrente.

- Capacidade para desempenhar dignamente um lugar no mundo do trabalho e na vida social.

- Esforço constante para alcançar o domínio de si mesmo, vivendo a fortaleza e a sobriedade, com desportivismo e afã de superação.

- Espírito de trabalho pessoal e de colaboração, ajuda e serviço aos outros.

- Lealdade, sinceridade, compreensão, tolerância, justiça e generosidade no convívio com os outros.
- Capacidade de avaliar com critério objectivo as coisas, as pessoas, os acontecimentos e de descobrir os aspectos positivos da realidade.
- Comportamento individual e social consequente com a dignidade do ser humano, de forma que a pessoa seja sincera, justa e generosa no convívio com os outros e se manifeste sensível e prestável ante as necessidades alheias.
- Capacidade de decidir sobre o seu próprio projeto pessoal de vida e de aderir livremente a valores perenes com coerência no pensar, falar e agir.
- Capacidade para responder livremente às exigências da fé.

4. Em relação à unidade de vida:

- Coerência entre as ideias, as palavras e a ação. Disposição para actuar sempre consciente e livremente.
- Capacidade discriminativa para descobrir a própria vocação e escolher o tipo de vida e de trabalho que lhe ofereça maiores possibilidades de responder eficazmente à sua chamada vocacional.
- Força de vontade suficiente para cumprir as decisões racionais que tome em qualquer situação.
- Capacidade de descobrir os aspectos positivos da realidade e de reagir com alegria em qualquer momento e circunstância da vida.

F. Educação Completa e Integral

Para educar a pessoa é preciso atender à totalidade do ser humano: o pensamento, a inteligência, a vontade, a afectividade e o sentido transcendente da vida.

A educação tem como objectivo ensinar a pensar e a procurar a verdade; a fortalecer a vontade, de forma que a pessoa esteja em condições de aderir livremente à verdade encontrada, a possa seguir e superar as dificuldades que encontre; como ser sociável e aberto, o homem deve aprender a dar e a dar-se a Deus e aos outros.

A inteligência alimentada pela verdade, com a vontade fortalecida pelas virtudes e o coração disposto a amar a verdade vivida, fundem-se na unidade irrepetível de cada homem, tornando possível a felicidade própria das pessoas coerentes, firmes e estáveis.

Educação completa e íntegra. Integridade que não é soma ou justaposição de diferentes aspectos, mas sim unidade harmónica de todos eles na unidade da pessoa e da ação educativa, atendendo à singularidade de cada pessoa.

A educação deve potenciar o desenvolvimento integral da pessoa e preparar os alunos para viverem o seu papel de cidadãos activos e responsáveis numa sociedade em contínua mudança. Isto supõe que através do ensino e da aprendizagem das diferentes áreas do currículo se vão desenvolvendo

os temas que configuram a educação completa que pretendemos para os nossos alunos. Estes “grandes temas”, que estão na base da atividade educativa, designamo-los por transversais, já que “atravessam” e estão presentes nas diversas fases e áreas que compõem o currículo. Não são temas marginais ou secundários, nem conteúdos a trabalhar de maneira isolada, mas que configuram a ação educativa, aproximam a escola da vida e favorecem o desenvolvimento integral da pessoa.

As aprendizagens relacionadas com estes temas impregnam os conteúdos das diversas áreas, como aspectos importantes da cultura básica de qualquer cidadão, e estarão presentes na programação docente das unidades didáticas.

Segue-se a relação dos temas transversais definidos no nosso Projecto Educativo:

1. Educação dos processos de trabalho intelectual

A educação completa que se pretende alcançar no Colégio há-de integrar na prática docente de todas as disciplinas, além dos conhecimentos curriculares, o desenvolvimento das funções mentais (processos de trabalho intelectual, aptidões, capacidades e destrezas) e das atitudes ou valores.

Nesse sentido, os professores apresentarão nas programações das unidades didáticas

- os objectivos de conhecimento (conteúdo das matérias),
- os objectivos de desenvolvimento intelectual (processos de trabalho),
- e os que se referem aos valores (atitudes e comportamentos),

numa visão tripartida dos conteúdos de aprendizagem, sendo os dois últimos transversais ao currículo disciplinar.

Mais que uma mente cheia, interessa uma cabeça bem feita. Daí que as atividades de aprendizagem contemplem o domínio das competências processuais, a aquisição de destrezas, o aperfeiçoamento de capacidades, métodos e técnicas de trabalho intelectual.

2. Educação da inteligência

A formação da inteligência proporciona a aquisição de conhecimentos, hábitos e técnicas de trabalho intelectual e o desenvolvimento de aptidões.

Em educação não se compreende uma atitude aparentemente neutral, pois – com a palavra e a conduta – parte-se sempre de princípios e apresentam-se determinados conteúdos correctos ou não. Também não tem lugar um doutrinarismo manipulador. A diferença entre doutrinar e educar em valores, não está tanto naquilo no que se ensina, mas sim em como se ensina. O importante é respeitar os alunos ajudando-os a assimilar e a personalizar os valores que lhes são apresentados directamente, os critérios de vida e as virtudes que se promovem, através de um processo educativo que fomente um espírito crítico. Deve-se conseguir um clima educativo no qual os alunos exponham e defendam os seus próprios argumentos, e o professor escute com atenção e respeito

as reflexões dos alunos, procurando oferecer-lhes os pontos de apoio indispensáveis para que encontrem por si próprios uma sólida fundamentação racional.

Ensinar a pensar, a desenvolver o próprio critério, é fundamental no desenvolvimento do aluno para que descubra e aprecie os valores, e os integre livremente na sua vida pessoal. Não se trata que admirem somente a verdade, mas que adquiram convicções firmes.

A educação da consciência é sempre e ao mesmo tempo, educação para a reflexão sobre o que se propõe, cultivada num clima intelectual que favoreça e estimule o sentido crítico, a confiança, a liberdade e a responsabilidade.

3. Educação da vontade

Pensar é requisito indispensável, mas não suficiente para uma atuação correcta. É necessário ajudar os alunos a fortalecer a vontade e a adquirir valores humanos.

A aquisição de hábitos morais fortalece a segurança pessoal ao proporcionar facilidade e energia para conseguir as metas a que se aspira. De acordo com o princípio de harmonia das virtudes, quando se melhora numa, aperfeiçoam-se as outras ao mesmo tempo, porque todas elas residem na unidade da pessoa humana. Por isso, é importante que o educador se apoie nas qualidades do aluno, reforçando os seus pontos fortes pessoais, sem recorrer nunca a comparações com os outros, nem fomentar atitudes de competência desleal.

A educação da vontade tem como objectivo procurar que cada aluno se forme no esforço e na responsabilidade pessoal, desenvolvendo hábitos que fortaleçam a sua capacidade de decisão e lhe permitam exercer livremente aquilo que decidiu. A vontade educa-se através do desenvolvimento das virtudes humanas, que facilitam viver de acordo com critérios éticos de conduta livremente aceites, conformes com a dignidade pessoal. Mediante a educação da vontade, ajuda-se os alunos a serem capazes de viver com fortaleza os compromissos assumidos livremente, superando os obstáculos que se possam apresentar; e a adquirir maturidade pessoal que consiste - sobretudo - em aceitar as consequências das próprias decisões. Uma vontade forte permite ao aluno ter confiança em si próprio e ser capaz de se autodirigir: fazer o que se deve fazer, dominando os sentimentos momentâneos; isto é, permite-lhe ser livre, equilibrado, sereno, senhor dos seus próprios atos.

4. Educação na liberdade

Cada homem é um sujeito irrepitível, protagonista principal da sua própria história. Ninguém pode ser educado como outro, nem se pode conseguir a educação em série de um conjunto de homens, embora vivam num ambiente comum - a família, o colégio -, onde uns e outros se educam juntos.

A pessoa, enquanto ser inteligente, tem consciência de si própria e, enquanto ser livre, pode dispor de si: autopertence-se e pode dominar os seus próprios atos, isto é, possui liberdade pelo que é capaz de escolher, de se autodeterminar. A sua capacidade de escolha é limitada, porque a liberdade só tem sentido unida à verdade e dirigida ao bem, que impõe critérios ao seu exercício; e não como capacidade de expansão ilimitada da própria subjectividade sem referência à verdade sobre o

homem. Desta forma, o facto diferencial no qual se fundamenta a dignidade do homem é a sua capacidade para realizar atos deliberados e sentir obrigações.

Por conseguinte, a liberdade de cada pessoa impõe-se como o dado prévio fundamental de qualquer programa de educação na família e na escola.

A educação é um processo de ajuda para adquirir a maturidade pessoal procurado através de múltiplos estímulos e em situações muito diversas, de modo a facilitar ao aluno o livre desenvolvimento das suas aptidões, através da aquisição de conhecimentos, hábitos e capacidades, que lhe facilitem o domínio sobre os seus próprios atos. Um processo que permite ao aluno formular o seu projeto pessoal de vida e ajudá-lo a fortalecer a sua vontade de forma que seja capaz de o realizar.

Os pais e os professores devem estar prevenidos contra os reducionismos que empobrecem a educação: o perigo de doutrinar, em vez de ensinar; de instruir, em vez de educar; de moldar, em vez de desenvolver as potencialidades do aluno. Educar não é meter à pressão o aluno num molde, mas sim um processo que tem o seu ponto de referência na verdade, que o aluno deve ir descobrindo por si próprio, através da reflexão, até tomar a decisão de viver de acordo com a verdade encontrada.

Um objectivo tão pessoal resiste necessariamente a qualquer tentativa de manipulação exterior: a educação em liberdade respeita o protagonismo do aluno no seu próprio processo educativo, não o substitui quando pode ser o interessado quem - com a informação suficiente - selecciona metas acessíveis e os meios para as alcançar. Uma pessoa educada na liberdade é capaz de rejeitar respostas fáceis, porque a sua vontade fortalecida pelo exercício está em condições de superar a frivolidade e de cumprir o próprio dever, embora nalguma ocasião se possa apresentar difícil.

As manifestações práticas da educação em e para a liberdade serão diversas conforme a idade e a maturidade do educando, mas sempre contam com o seu protagonismo: pais e professores aconselham e orientam, avivando a autonomia do aluno, de forma que não se refugie na falsa segurança que lhe oferece uma dependência passiva. Com esta atitude, ajudam com factos o aluno a reflectir sobre as exigências do dom da liberdade, e a entender que só tem uma vida coerente quem actua com referência à verdade, embora por vezes as alternativas que a verdade oferece sejam contrários aos próprios apetites.

O pai ou o professor que deseja educar em e para a liberdade não “faz sermões”, mas observa e escuta o filho ou aluno com atenção dedicada para conhecer o que desperta a sua curiosidade, interesses, paixões ou aspirações. Coloca-se no lugar do outro e esforça-se por compreender os seus pontos de vista, embora esteja uma geração mais à frente; no entanto, mantém a juventude de espírito que lhe permite aprender de quem está a ensinar. Não se trata de suplantar a vontade do filho ou do aluno, assinalando-lhe permanentemente o que deve fazer, mas colocá-lo perante a sua responsabilidade e ajudá-lo a tomar as próprias decisões. Se a relação pai-filho ou professor-aluno se limitasse a uma exigência de condutas estereotipadas, o educador talvez conseguisse que aceitasse uma indicação, à força de insistir; mas teria perdido a oportunidade de o ajudar a conhecer-se, a descobrir e a tornar seus certos critérios de conduta e a vivê-los com liberdade pessoal.

A educação abarca todas as dimensões da pessoa e exige um desenvolvimento coerente. É indispensável a harmonia entre as mensagens que a criança recebe na família e na escola, sobretudo na idade escolar. Depois, pouco a pouco, irá adquirindo a capacidade de fazer uma síntese pessoal entre mensagens e critérios contraditórios.

O convívio escolar e familiar são âmbitos privilegiados onde se aprende a assumir a responsabilidade, a relacionar, a compreender, a abrir-se aos outros, a comunicar-se. A vida diária oferece abundantes ocasiões: é uma questão de se estar atento aos outros para não os deixar passar.

A vida familiar e escolar proporcionam numerosas ocasiões de exercitar a liberdade com sentido de responsabilidade. O diálogo sereno preside à relação interpessoal no colégio, que proporciona ocasiões de assumir responsabilidades, de acordo com a maturidade de cada um, fomentando a participação activa e responsável.

Como consequência do respeito à liberdade e ao legítimo pluralismo, no âmbito colegial não se promovem nunca acções políticas partidárias, o que não quer dizer que não se estimule a inquietação por colaborar na resolução dos problemas que a sociedade apresenta.

5. Educação nos valores

A situação da sociedade actual reclama com insistência a educação dos valores como consequência da crise generalizada que tem algumas das suas manifestações na insegurança dos cidadãos, na propagação de algumas doenças e nos atentados à vida e ao meio ambiente.

O consenso sobre a necessidade da educação ética não é acompanhado de uma posição concordante quanto ao conteúdo da formação moral e consequentemente sobre as técnicas educativas a aplicar, isto porque não existe acordo geral sobre o conceito de pessoa.

Como já afirmámos, para nós a pessoa é um ser único e irrepetível, racional e livre, capaz de se abrir a Deus e aos outros, logo a educação moral só se poderá entender como educação para a liberdade e responsabilidade do aluno, que tem de descobrir por si mesmo a verdade e comprometer-se com ela, já que não existe exercício da liberdade sem responsabilidade, sem compromisso: a coacção e a massificação são inimigas da formação moral.

A partir daqui, a educação ética consiste em provocar no aluno a inquietação pela descoberta dos valores objectivos que devem guiar o seu comportamento e uma ajuda para fortalecer a própria vontade, de modo que possa responder livremente às exigências da verdade, ou seja, às exigências da própria dignidade pessoal, da própria natureza humana.

A educação moral nada tem a ver com doutrinação, entendido como a imposição externa de normas morais coadjuvadas pela coacção inerente às relações de superioridade, que não respeita a liberdade de escolha do educando, nem é tampouco a introdução de um liberalismo absoluto, que exclua qualquer princípio orientador da conduta que esteja fora do próprio arbítrio. O doutrinação conduz ao fanatismo, o liberalismo à falta de solidariedade e ao egoísmo.

Se a liberdade é o ponto de partida, a educação ética necessita de encontrar um modo de apresentar à criança os valores morais para que ela possa descobri-los por si própria, contemplá-los, admiti-los e dar-lhes livremente vida própria. Mas a criança não descobrirá estes valores de forma abstracta, a não ser que sejam encarnados pelos pais, professores ou outras pessoas, que se mostrem à sua vista como exemplos ou modelos vivos que vale a pena imitar, que ofereçam razão de ser, mais do que ter.

A apresentação dos valores ou dos contravalores é inseparável da tarefa docente e não é possível um ensino ou uma educação neutra. Com efeito, o professor oferece sempre aos seus alunos um modelo de conduta, na forma como conduz a turma, como escolhe um texto, no modo de tratar cada pessoa ou de avaliar. Quer queira quer não, proporcionará um exemplo de amor à verdade, de generosidade, de justiça, de alegria; ou pelo contrário, apresentar-se-á como modelo de arbitrariedade, de duplicidade ou de cepticismo.

Uma pretendida posição neutral do professor corresponderia a uma determinada filosofia de educação: a que postula um relativismo radical, que prescindir de valores absolutos, entendendo a liberdade pessoal como capacidade ilimitada de opção. Esse professor aumentaria a perplexidade dos seus alunos ao não lhes apresentar pontos de referência firmes, certezas que os ajudem a descobrir e a seguir a verdade. Actuaria de modo semelhante àquele que dá ordem para seguir por uma estrada da qual se retirou a sinalização mais elementar.

Não é possível uma educação ética mediante um simples doutrinamento com mandatos que não dão razão à verdade; nem tampouco apresentando os valores morais como determinações relativas de cada situação histórica, como um conjunto de princípios indeterminados, abandonados ao arbítrio caprichoso do próprio eu. Entendemos a educação moral como educação da responsabilidade, da capacidade que o homem tem para se comprometer com a verdade. Neste sentido, a educação moral não é mais que ajudar cada aluno a descobrir por si mesmo o sentido dos valores e a comprometer-se com um projeto pessoal de vida.

Educação em que valores? Não podem ser outros senão aqueles que têm sua fonte e justificação na dignidade da pessoa humana, na sua natureza criada e redimida, os que permitem o autodesenvolvimento da personalidade do educando. Estes valores são chamados virtudes, na tradição humanista do ocidente: hábitos operativos que se adquirem por repetição de atos e que concedem ao homem o bem a que se refere a virtude: por exemplo, dizer sempre a verdade, no caso da sinceridade; pensar sempre nos outros, no caso da generosidade; e assim sucessivamente.

6. Educação da afectividade e da sexualidade

Com a formação da inteligência e o fortalecimento da vontade, é necessário igualmente atender ao desenvolvimento da afectividade. Os sentimentos têm grande importância na vida pessoal, porque influenciam significativamente a formação das atitudes e das motivações. Ter “bons sentimentos” facilita uma firme vontade para o bem. As vivências e valores que se apoiam no sentimento e na afectividade enraízam fortemente na consciência. Temos de ensinar a compreender e a orientar as tendências e os sentimentos. Educar os sentimentos: contar com eles, tomar consciência deles para que ajudem a vontade a procurar o bem.

O coração é uma força para o homem: quando vai pelo caminho da verdade e do bem, os sentimentos nobres dão-lhe força e brio. Mas os depravados ou mas os depravados ou menos nobres podem acabar por extraviar o entendimento mais recto.

A educação da afectividade é uma educação para o amor que tem em conta o amadurecimento dos sentimentos e a orientação dos impulsos e paixões humanas. A partir desta perspectiva podemos definir a educação sexual como o conhecimento adequado da natureza e importância da sexualidade na vida humana e o desenvolvimento harmónico da pessoa na direcção da maturidade psicológica, com vista a alcançar a plenitude da vida social, ética, moral e espiritual. Este mesmo conceito é o reflexo da dimensão da educação completa da pessoa.

É geralmente aceite o termo educação sexual, embora seria mais correcto falar de Educação para o Amor ou para a Afectividade, que abarca tanto a informação sexual (o que cada pessoa deve saber sobre a sexualidade, segundo a sua idade e circunstâncias) como a formação da vontade, integradas num processo harmónico exigido pela educação completa da pessoa.

A sexualidade é vivida de modo verdadeiramente humano quando, além de conhecida e assumida, se encontra integrada num projeto global de vida, digno de uma pessoa humana. Devido aos estreitos vínculos que existem entre a dimensão sexual da pessoa e os seus valores morais, este aspecto da educação deve levar os filhos e alunos a conhecer e a estimar as normas morais, como garantia necessária dum crescimento pessoal harmónico e responsável na sexualidade humana.

A educação sexual deverá tender a criar uma consciência recta dos fenómenos sexuais relacionados com a maturidade da vida humana, à ideia do amor verdadeiro, à ideia de família, à ideia de procriação, tudo isto dentro do plano orientado pelo fim último e transcendente do homem.

Esta educação deve criar uma consciência em que a ordem sexual consiste em submeter os impulsos sexuais às normas da vida humana, fortalecendo claramente a ideia de que quando o homem se deixa levar pelos seus impulsos, estes o tiranizam e degradam.

A informação sexual não tem qualquer valor educativo e formativo, a não ser que seja acompanhada dos aspectos morais, sociais e espirituais presentes em qualquer outro aspecto da educação da pessoa, considerada na sua integridade e unidade. Então, conscientes da dignidade da pessoa, dotada de inteligência e vontade, torna-se necessária, sobretudo, a educação da afectividade; quer dizer, a educação para o amor. Desta maneira, a educação sexual permitirá aos educandos adquirir a dimensão autêntica do amor e do sexo, de modo a ensinar-lhes o imenso valor que tem a possibilidade de doação pessoal, o que incrementará o sentido de respeito pelos outros e do auto-respeito e ajudará os jovens ao desenvolvimento de uma personalidade equilibrada e firme.

Para que tudo isto seja possível e para que os objectivos da educação sexual sejam alcançados, é necessário que a formação neste campo se realize gradualmente e adequada às idades, circunstâncias e singularidades dos alunos, tendo em conta o que cada idade necessita e é capaz de assimilar adequadamente.

A família é o lugar próprio para a educação sexual dos filhos. Aos pais corresponde este dever-direito. O colégio tem uma tarefa meramente subsidiária: apoia, ajuda e coopera com os pais, dentro do mesmo espírito que os anima.

Isto supõe que os pais devem preparar-se para poderem orientar os seus filhos. Neste aspecto reside a principal ajuda que o Colégio pode proporcionar aos pais, os quais nunca poderá suplantar. O papel do Colégio no que respeita à educação sexual deve ser complementar e nunca de substituto daquilo que os pais devem fazer no lar.

7. Educação mediante o trabalho bem feito

Para conseguir se uma autêntica educação de qualidade é indispensável que os alunos trabalhem e se esforcem por aprender. Um bom professor é o que consegue interessar os seus alunos no estudo, os ensina a trabalhar e os ajuda a esforçar-se. O esforço pessoal racional e ordenado é de per si educativo, é o melhor índice da maturidade e do grau de responsabilidade dos alunos.

O trabalho é um dom, através do qual o homem se realiza a si próprio, ganha os meios para se sustentar e à sua família, participa na obra criadora de Deus e contribui para o bem comum e progresso da humanidade. O trabalho é um direito fundamental do homem e um dever moral de primeira importância.

Para que o trabalho sirva como meio de educação, deve dar prioridade à pessoa, e não ao resultado objectivo desse trabalho. Do ponto de vista educativo, é um pressuposto rico em consequências: deve-se atender ao aluno que trabalha e ao esforço que realiza, ao mesmo tempo que ao nível objectivo que alcança - que será fruto desse esforço por trabalhar bem - sem que isto signifique não lhe dar a importância devida. Por outro lado, para que o trabalho seja educativo deve pôr em jogo as faculdades pessoais, isto é, deve ser livre e consciente, realizado intencionalmente, assumindo a responsabilidade da própria tarefa. Por conseguinte é preciso proporcionar aos alunos as razões do seu trabalho, sem reduzir o horizonte das tarefas escolares ao cumprimento de uma obrigação custosa, sem remédio enquanto não chegam as férias. Neste sentido, educar é despertar e fomentar nos alunos a satisfação pela obra bem feita, desenvolver a sua capacidade e os seus desejos de trabalhar bem.

A falta de esforço não só conduz ao rendimento escolar insatisfatório, como impossibilita a preparação para a futura vida profissional; isto é, um estudante que habitualmente não se esforça corre o risco de fracassar nos seus estudos e de não se preparar para a vida. Por isso, é uma falta de respeito evitar o esforço do aluno, fazendo em seu lugar o trabalho que pode contribuir para a sua formação, o que limitaria o seu progresso humano e empobreceria as naturais aspirações educativas.

Neste sentido, o dirigismo ou sobreprotecção - tão opostos à educação em liberdade - ocasionam grave dano na formação da vontade, em virtudes tão importantes como a fortaleza, a ousadia ou a laboriosidade.

O educador não é um repetidor de lições nem um simples transmissor de conhecimentos. O seu trabalho é muito mais rico: orienta e estimula os alunos, predispondo-os para o esforço que exige

o estudo, para que trabalhem com alegria. O professor deve considerar esta tarefa como um objectivo fundamental do seu trabalho.

O bom exemplo dos professores e o empenhamento por utilizar, sempre que seja possível, estímulos positivos para conseguir o esforço diário dos alunos e enraizar neles hábitos de trabalho, que fortaleçam e ajudem a superar os desalentos e a natural preguiça - causas importantes do insucesso escolar - devem estar presentes na vida escolar.

Para conseguir a atenção dos alunos e o seu esforço, são tão importantes os conteúdos objectivamente considerados como o modo de ser transmitidos. Por isso é necessário que o professor não só conheça bem a matéria, mas que torne atractivas e variadas as aulas, e provoque a participação activa dos alunos. Tudo isto num ambiente de ordem e silêncio necessário aos alunos para o seu trabalho, e que não se opõe nem à variedade das aulas, nem à participação activa, nem muito menos à alegria, ao bom humor e confiança entre alunos e professores.

Além da adequada preparação das aulas, devem ser definidos os objectivos que se pretendem alcançar e ponderar o esforço que se pode pedir a cada aluno, é necessário que o professor distribua de forma racional a carga de trabalho que vai exigir. Sem uma boa planificação das tarefas escolares, que dosifique de forma adequada o esforço não se favorece o hábito da laboriosidade. Pelo contrário, uma boa planificação do trabalho individual, dentro e fora da aula, acompanhada por um controlo continuado e pessoal - avaliação formativa e contínua - favorece o trabalho diário de cada aluno.

Só o trabalho bem feito educa ao incidir directamente na melhoria pessoal do aluno. Por isso, é muito importante exigir habitualmente um trabalho bem feito, correcto no seu conteúdo e cuidado na sua apresentação. Não basta classificar como fraco um trabalho mal apresentado, convém corrigir as deficiências, com prudência, até que esteja bem.

Para que um aluno possa realizar com qualidade o seu trabalho, além de capacidade e dedicação, necessita também de conhecer a maneira de o realizar. Os alunos rendem melhor o tempo e o esforço pessoal quando conhecem e empregam adequadamente as técnicas de trabalho intelectual, que devem ser transmitidas e praticadas por cada professor como aspecto fundamental do desenvolvimento da sua matéria curricular.

O trabalho é o meio educativo por excelência, sem o qual não é possível a formação da personalidade, nem o arreigamento dos valores humanos. O colégio é sobretudo um lugar de trabalho, onde os alunos hão-de aprender a fazer render o tempo e o esforço. Para o conseguir, é indispensável que os professores ensinem a trabalhar e façam trabalhar com perfeição os alunos, ao mesmo tempo que se esforçam por ser exemplo de trabalho bem feito.

8. Educação para os valores sociais e a solidariedade

O homem procura o seu autêntico e completo desenvolvimento pessoal no interior da sociedade em que vive. A educação para a cidadania e para a solidariedade constitui a formação das virtudes sociais: bons sentimentos e atitudes acolhedoras para com os outros - compreensão, tolerância,

aceitação, generosidade, colaboração, compaixão, respeito, justiça, estima... -, e há-de começar no ambiente social mais imediato à criança: na família e no colégio.

A ação que é fruto da reflexão fomenta as atitudes profundas e é o principal critério na formação das virtudes. Uma planificação educativa coerente há-de procurar que os alunos prestem serviços reais às outras pessoas, sem se aprisionar em meras especulações sobre as necessidades sociais.

A vida diária, no seio da família e no colégio, proporciona múltiplas ocasiões de exercitar-se nas virtudes sociais e receber a recompensa da satisfação por ter feito algo bom, útil e valioso pelos outros. Em primeiro lugar com os seus irmãos e colegas, tornando cada aluno consciente da importância de descobrir as necessidades dos mais próximos (pais, irmãos, amigos, colegas...) como sinal e manifestação primeira dum amor generoso e aberto a todos os homens.

Além dos meios previstos na vida colegial - como os encargos de serviço mútuo, o conselho de alunos, a atenção aos colegas doentes, o contributo de sugestões e atividades para realizar na família, etc -, os alunos realizam, de modo sistemático, como parte do seu curriculum, atividades de serviço e ação social. Sirvam de exemplo as aulas a alunos atrasados ou com necessidades educativas especiais, apoio a crianças e adultos em zonas degradadas, a limpeza do colégio ou de zonas públicas, a atenção a idosos ou desvalidos, visitas e ajudas a doentes, recolha de fundos para pessoas necessitadas, participação em atividades de voluntariado social, etc. Estes atos isolados nunca devem ser considerados como fins, mas como meios para tornar os nossos alunos conscientes de que na vida ou se serve os outros ou o egoísmo incapacita o homem para a felicidade.

9. Educação ambiental

Através do conhecimento activo que rodeia os alunos, promove-se o respeito pelo meio ambiente que os envolve e a aquisição da mentalidade de responsabilidade pela preservação dos recursos naturais disponíveis.

Pretende-se ajudar os alunos a adquirir consciência da importância de cuidar o meio ambiente e ajudá-los a sensibilizarem-se por estas questões, compenetrando-se do seu valor, a sentir interesse e preocupação por ele, motivando-os de modo a que possam participar activamente na sua melhoria e nas condições da vida humana.

Como o mais importante são as acções efectivas, os alunos participarão através dos encargos, da sua postura habitual no cuidado do ambiente que os envolve: limpeza dos recreios, cuidado dos jardins, preservação dos equipamentos e materiais escolares... O mesmo acontecerá no âmbito familiar.

10. A educação como consumidor

Na sociedade actual, o consumo é um importante elemento que está presente em grande parte das nossas atividades diárias, por isso, devemos dotar a criança de instrumentos de análise e crítica que lhe permitam adoptar uma atitude pessoal face às ofertas de qualquer tipo que recebe da sociedade de consumo. A tomada de consciência face ao consumo de produtos desnecessários deve começar

na escola. Intimamente ligada ao consumo, está a publicidade que pode e deve ser trabalhada nas diversas componentes curriculares..

Trata-se de estudar o problema do consumo em todas as suas vertentes com metodologia criativa e prática, estabelecida em torno da experiência pessoal, que manifeste quais os factores relacionados e implicados com a atividade diária e de estabelecer comportamentos críticos e responsáveis em matéria de consumo.

Procura-se promover nos alunos o espírito crítico face ao consumo e à publicidade e de lhes dar os meios necessários para que possam actuar como consumidores capazes de efectuar escolhas e sejam conscientes dos seus direitos e responsabilidades.

Fomentar os valores da sobriedade e da poupança.

11. Educação para a arte e o belo

A contemplação da obra de arte, o encanto de um trabalho bem feito e o fascínio das realizações de elevada qualidade operam tal experiência que desencadeiam irresistivelmente o desenvolvimento fecundo da personalidade. Numa época de desconcerto espiritual, fragilizada por experiências de frivolidade, banalidade, frenesim e desequilíbrios vários, a educação para a arte e o belo em todas as vertentes da vida humana deverá ter lugar cimeiro num projeto educativo de qualidade.

“A qualidade e a harmonia da vida dependerão em grande parte do modo como se inculque nos jovens a criatividade e a capacidade da fruição estética” (UNESCO, 1970). Na realidade, as obras de arte põe-nos em relação com as realidades mais profundas que enriquecem cada ser humano. Procurar-se-á que os alunos sejam capazes de apreciar as grandes obras da criação humana, as belezas da natureza grandiosas ou minúsculas; que descubram o encanto escondido nos objectos e situações mais vulgares da vida quotidiana. Com isso, usufruirão de experiências únicas, estimulantes, e alcançarão a plenitude pessoal como fruto duma vida criativa que sabe enriquecer-se e criar situações de grande riqueza interior.

A tarefa decisiva da formação consiste em ajudar os alunos a descobrir como os seres humanos podem fundar modos mais elevados de harmonia e grandeza interior com as realidades circundantes: pessoas, instituições, obras culturais, tradições, povos, paisagens, valores de qualquer ordem... Ora a experiência estética oferece pistas para realizar tal descoberta.

A admiração ante a beleza é consequência do amor, quem ama contempla, observa com carinho a realidade de todas as coisas, vê sobre a monotonia do quotidiano um raio de luz que alegra o coração.

12. Educação da saúde física e mental

Através de atividades físicas e desportivas, desenvolvem-se as aptidões sensoriais e motoras. Fomenta-se a atitude de superação pessoal, o espírito de cooperação e outras virtudes humanas, ao mesmo tempo que se promovem hábitos de saúde e higiene pessoal. Presta-se especial atenção aos seguintes aspectos:

- Segurança, prevenção de acidentes e primeiros socorros.
- Cuidados pessoais: higiene e saúde.
- Alimentação saudável e equilibrada.
- Uso de medicamentos e prevenção das toxicodependências.
- Relações humanas. Saúde mental.
- A higiene pessoal dos alunos (lavagem das mãos, dos dentes, o duche depois de praticar exercício físico, etc.).
- Os hábitos referentes à comida: dieta equilibrada e nutritiva. Os caprichos nas comidas.

G. O PROFESSOR COMO EDUCADOR

No Colégio, cada professor é um educador, o qual tem presente que o ensino na sua disciplina é um meio para que os alunos adquiram conhecimentos e maturidade, desenvolvam ao máximo as suas capacidades e exercitem os valores humanos. O seu principal trabalho é colaborar com os pais dos alunos, estimulando o trabalho de cada estudante, ajudando-o a amadurecer como pessoa e a ser capaz de se valer a si próprio.

1. Dimensão orientadora do trabalho do professor

A realização do Plano de Formação de Alunos supõe necessariamente que se programem atividades muito variadas que permitam ao aluno reflectir e repetir com frequência atos em que exercite os valores ou virtudes. O aluno precisa de encontrar, durante a sua permanência nas aulas, situações concretas em que exerça as virtudes que os seus professores lhe propõe viver. Entre as atividades que se podem programar, umas terão por objecto potenciar os valores e estimular a sua aquisição (por exemplo: a tenacidade como inventor de Edison, a importância da ordem e persistência na investigação experimental, a influência dos vícios e das virtudes na decadência ou auge de diferentes civilizações, a fortaleza do herói em Robinson Crussoé, etc.); outras proporcionarão ocasiões concretas para as exercitar, como participar num trabalho de grupo (solidariedade), informar sobre as dificuldades que encontra no trabalho - sinceridade -, ajudar um colega com dificuldades - espírito de serviço -, ter a carteira ou mesa de trabalho com o material ordenado, esforçar-se por conseguir a boa apresentação do caderno diário, ser pontual às aulas ou na entrega de algum trabalho. Cada professor há-de dar intencionalidade educativa às atividades programadas. Como cada disciplina permite diferentes possibilidades de formação, torna-se imprescindível o planeamento em equipa educadora.

Além da obrigação de conhecer e valorizar o Plano de Formação de Alunos, é necessário integrá-lo no trabalho diário concreto de cada professor, porque deverá estar directamente implicado no esforço comum de conseguir que os alunos assumam como seus esses objectivos de formação.

A orientação pessoal do aluno não é uma tarefa exclusiva do preceptor, mas corresponde a todos os professores. Essa função orientadora há-de manifestar-se especialmente nos momentos em que orienta academicamente os seus alunos.

2. A Equipa Educadora e a formação dos alunos

A ação educativa do professor não é fruto duma atuação solitária, mas solidária e coordenada numa equipa de educadores.

O trabalho em equipa não significa renunciar ao estilo pessoal próprio, mas tem a sua razão de ser na coerência e continuidade que hão-de ter as aprendizagens e a formação dos alunos.

A Equipa Educadora programa as atividades de formação e avalia o trabalho realizado. Assim, optimizam-se os recursos humanos e materiais disponíveis no Colégio. De outro modo, submeter-se-iam os alunos a diversos critérios educativos e metodológicos, prejudicando a coerência e a sistematização do seu processo de formação. O confronto de opiniões nas reuniões da Equipa Educadora, limitará o perigo da subjectividade nas apreciações de cada professor, tendo presente que se há-de evitar juízos definitivos sobre as pessoas. Como consequência, cada professor integra a sua programação no plano geral da turma e do Colégio.

3. As qualidades do educador

A tarefa do educar pressupõe, em quem a exercita, um mínimo de qualidades pessoais de competência, aptidões, vibração profissional e interesse por melhorar continuamente a sua formação; em conjunto com maturidade pessoal e equilíbrio emocional indispensável em quem deve orientar outras pessoas.

Como em qualquer relação pessoal, há-de manifestar esforço em cuidar habitualmente os pequenos pormenores de delicadeza nas relações humanas - sorriso habitual, elegância no modo de vestir e de se expressar, como reflexos de um tom humano elevado - que facilitem o clima de profissionalismo e confiança mútua necessário para que se possa produzir um verdadeiro diálogo pessoal.

Para desempenhar bem esta tarefa não é necessário ser uma pessoa excepcional, mas é imprescindível o empenho eficaz em formar-se e o espírito de serviço para atender cada família e cada aluno como se fossem únicos. Estas qualidades vão acompanhadas dos defeitos e erros normais de qualquer ser humano, mas que não diminuem a figura do professor.

O professor educador precisa sobretudo de possuir a preparação profissional suficiente para:

- saber para onde vai: conhecimento profundo do que é o homem e a família, e do que contribui para a sua melhoria;
- saber com que meios conta: conhecer muito bem as suas matérias de ensino, o plano de formação de alunos, os diversos meios e técnicas de aprendizagem;
- saber onde pode chegar: conhecimento do aluno, das suas possibilidades e limitações;

- saber quando e como se deve actuar: prudência e tacto, tanto para aproveitar e provocar ocasiões propícias como para atender as situações imprevistas.

Para tudo isto, o professor precisa de estudo e reflexão sobre o seu próprio trabalho e sobre cada aluno.

A educação há-de ser presidida pelo respeito para com as pessoas, sempre em clima de alegria, que costuma acompanhar o trabalho bem feito e a procura do bem; pela compreensão e cordialidade que ajuda todos a sentirem-se acolhidos, abre a porta à confiança e ao respeito manifestados em numerosos pormenores práticos, tais como: chamar a pessoa pelo seu nome, olhá-la na cara quando se fala e escutar com atenção, respeitar o ritmo de trabalho de cada um e a sua autonomia, confiar nas qualidades dos outros, corrigir sem maus modos, evitar qualquer atropelo, menosprezo ou humilhação. Assim, o professor não será só a pessoa especialista em determinada matéria a quem se recorre a pedir ajuda, mas também a pessoa próxima que se adianta a servir, que estimula e ajuda a esforçar-se por alcançar o projeto pessoal decidido.

Os estímulos positivos são sempre mais eficazes do que as reprimendas ou as correcções com carga negativa, pelo que o educador deve descobrir os aspectos positivos – também as limitações e dificuldades – de cada família e aluno para se apoiar neles e estimular a melhoria, sem considerar nunca ninguém como perdido. Convém evitar até a aparência de preferir umas famílias ou alunos a outros. Há-de-se atender a todos sem distinções, porque com paciência todos podem melhorar. No entanto, evitar preferências não significa tratar a todos do mesmo modo, porque na educação o verdadeiramente eficaz é tratar desigualmente os desiguais: cada família ou aluno de acordo com a sua situação, segundo o momento, embora sem favoritismos. Para isso, o professor há-de esforçar-se por se adaptar à mentalidade do interlocutor, de se pôr no seu lugar ao raciocinar, animar e corrigir; há-de fazê-lo com firmeza para superar as dificuldades, que não é dureza nem frieza, mas calma, energia e fortaleza.

O professor precisa de coerência para fazer e ensinar, para contagiar desejos de melhoria, já que educar não é um modo de ganhar a vida, é ajudar a ser pessoas e essa tarefa compromete quem a exerce.

O educador é um promotor de autonomia, que não cria dependências, que fomenta em cada família e aluno a aceitação da responsabilidade pelas suas decisões, que faz pensar e decidir por si próprios segundo as suas possibilidades e grau de maturidade; sem afogar a personalidade e as energias, mas orientando-as para o bem.



III. O Estilo Educativo a Actividade Docente

A. As Funções do Professor

As funções do professor no Colégio não se limitam ao que realiza na presença dos alunos, pois é fundamental a adequada preparação do seu trabalho, a auto-avaliação dos resultados da atividade docente, bem como o seu interesse e participação na vida colegial. Tudo isto, pode ser resumido no seguinte:

- Informar, atender e orientar os pais dos alunos – responsáveis em todos os aspectos pela educação dos seus filhos -, de quem são os principais colaboradores.
- Cuidar o seu próprio aperfeiçoamento pessoal e profissional através da leitura e estudo, reflexão sobre o seu trabalho, troca de experiências e participação na investigação activa de problemas educativos.
- Programar a educação: programação anual, unidade didáctica, planos de aula e planificação de todas as atividades escolares.
- Estimular o trabalho dos alunos, o seu esforço por aprender.
- Dirigir a aprendizagem dos alunos, ensinar e orientar, colaborar com os estudantes na sua aprendizagem e formação.
- Valorizar todos os aspectos de desenvoltura e criatividade dos alunos.
- Avaliar o rendimento escolar dos alunos, a qualidade dos materiais educativos e dos programas.
- Apresentar e desenvolver iniciativas que estimulem a aprendizagem e dinamizem a vida colegial.
- Participar activamente no cumprimento dos objectivos e atividades colegiais.

B. O Professor Mediador dos Processos de Aprendizagem

A qualidade da aprendizagem depende fundamentalmente da qualidade do ensino, e este, da qualidade de trabalho dos professores, de modo que os melhores recursos materiais nunca compensarão um ensino deficiente.

O professor não é um mero transmissor de conhecimentos mais ou menos alargados, mas um promotor do desenvolvimento completo de cada um dos seus alunos, com uma função educadora orientada para a totalidade da pessoa. Para desempenhar a sua tarefa com elevada qualidade, profissionalismo e competência, precisa de reflectir sobre a melhoria do próprio trabalho, e manter vivo o desejo de formação permanente e disposição para trabalhar em equipa.

É fundamental que cada professor descubra o seu papel de mediador na aprendizagem dos alunos, de facilitador das suas descobertas. É o aluno – em última instância – quem modifica e reelabora os

seus esquemas de conhecimento, construindo a sua própria aprendizagem. Neste processo, o professor actua como guia e mediador na aquisição significativa das aprendizagens, que permitam estabelecer relações entre os conteúdos previamente assimilados e os novos.

O professor, ao ensinar, proporciona as condições necessárias para que os seus alunos aprendam por si mesmos. Nesta perspectiva, mais do que transmitir dados ou informações, o professor deve proporcionar as condições para que os seus alunos pensem e pensem cada vez melhor.

C. O Trabalho em Equipa

A programação e desenvolvimento das atividades docentes consegue-se plenamente no âmbito dos departamentos curriculares.

O confronto de ideias e experiências, bem como o apoio e ajuda mútua entre os membros do Departamento constitui um forte contributo para a qualidade do trabalho dos professores.

As Equipas Técnicas ou Departamentos são formados por grupos de professores que trabalham numa mesma área de estudo. São, por conseguinte, especialistas (técnicos) de uma mesma função docente ou de orientação pedagógica.

D. Motivação

A motivação é o primeiro recurso pedagógico. O professor que sabe motivar os estudantes costuma alcançar os objectivos que se propõe. Em certa medida, o rendimento escolar é consequência da qualidade da motivação.

Um facto que nunca se deve esquecer na prática diária é que os alunos precisam de saber que trabalho se lhes pede, que objectivos têm de conseguir, que meios têm para os alcançar e como se vai avaliar. A desmotivação para a aprendizagem pode dever-se mais à ignorância, do que a uma atitude negativa do estudante. Saber para que se faz alguma coisa, ou seja, conhecer a relação existente entre as atividades que realiza e os objectivos que pretende conseguir, constitui a base da motivação.

De pouco serviria ensinar muito, se os alunos não aprendessem quase nada. O professor deve colocar os alunos em situações de aprendizagem constante.

O conhecimento dos resultados é um forte estímulo para corrigir os erros e melhorar o estudo, pelo que é importante indicar aos alunos os resultados dos seus trabalhos o mais brevemente possível. O reconhecimento do trabalho bem feito é entendido pelo aluno como um êxito, e a esperança de obter mais êxito estimula-o a prosseguir com empenho. O reconhecimento dos acertos de um aluno, ou grupo de alunos, numa terminada tarefa motiva mais que a informação sobre as deficiências. O registo dos progressos na consecução das metas propostas e o conhecimento das causas do êxito ou do insucesso numa tarefa, aumentam a motivação em relação à aprendizagem.

As atividades devem escalonar-se de tal forma que, a partir das mais acessíveis, o aluno vá obtendo êxitos sucessivos. Se a exigência é pouca, os alunos mais brilhantes perdem o interesse. Se a

dificuldade é excessiva, os menos capazes perdem motivação. Como não é possível prever tarefas que sejam adequadas para todos os alunos simultaneamente, torna-se imprescindível a diferenciação de objectivos.

A motivação consiste em estimular o esforço e em estabelecer um grau de dificuldade razoável para que uma tarefa seja possível. As mudanças moderadas no nível de dificuldade e complexidade duma tarefa favorecem a motivação. As mudanças bruscas provocam rejeição e podem conduzir ao desânimo.

Sempre que seja possível, convém relacionar os conteúdos de aprendizagem com os interesses, necessidades e problemas específicos dos alunos. O progresso é mais rápido quando os alunos reconhecem que a tarefa coincide com os seus interesses imediatos. Mesmo assim, a motivação é maior quando o material didáctico que se utiliza é adequado e variado.

E. Atenção Pessoal aos Alunos

Os alunos duma mesma turma apresentam diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Esta realidade implica consequências para o trabalho do professor: cada estudante requer atenção pessoal, para o ajudar a conhecer-se a si próprio, a desenvolver as suas aptidões especiais e a que aceite serenamente as suas deficiências - estimulando-o a superá-las com os meios oportunos - , ao mesmo tempo que se procura afincá-lo na ideia de que o resultado do estudo e do trabalho depende principalmente do seu próprio esforço.

Esta atenção pessoal exige:

a) - Conhecer bem cada aluno – possibilidades e limitações, virtudes e defeitos – para estabelecer um diagnóstico o mais exacto possível da sua situação pessoal e das suas possibilidades de melhoria, e para determinar o rendimento escolar que se pode esperar de cada um, estimulando-o para alcançar o nível mais elevado segundo a sua capacidade, sem se contentar com um rendimento inferior. Fruto deste conhecimento, poder-se-á estabelecer - de acordo com os pais e o próprio aluno - um projeto pessoal de melhoria para cada estudante.

b) - Desenvolver as atividades escolares de maneira que se respeite o ritmo pessoal de aprendizagem. Neste sentido, deve-se prever em cada unidade didáctica dois tipos de objectivos:

- Os objectivos fundamentais, que não-de ser dominados obrigatoriamente por todos os alunos, visto corresponderem aos conteúdos básicos essenciais.

- Os objectivos individuais, que permitem aprofundar qualquer aspecto de uma unidade didáctica e alargar o interesse cultural dos alunos, segundo a capacidade e as preferências pessoais de cada um. Também deverão ser exigidos, já que asseguram o desenvolvimento da personalidade própria de cada estudante. Dentro destes objectivos devemos assinalar os seguintes:

. Objectivos individuais atribuídos, que ampliam aspectos dos objectivos fundamentais e devem ser indicados e atribuídos pelos professores a cada aluno ou grupo de alunos.

. Objectivos livres, propostos pelo aluno, ou escolhidos de entre uma oferta variada, e que correspondem aos seus interesses e preferências.

c) - Utilizar recursos metodológicos activos que permitam a cada aluno ter a possibilidade de realizar as aprendizagens programadas segundo o seu ritmo pessoal, de maneira que se tire o máximo rendimento de cada estudante.

O desenvolvimento das capacidades e destrezas, a aquisição de conhecimentos e a promoção das virtudes e valores, precisam de uma perspectiva metodológica que fomente a atividade escolar e a sua participação na aula. Esta metodologia, usada através da utilização de diversos métodos e situações de aprendizagem, facilita também o trabalho cooperativo e individual, bem como a ajuda entre colegas.

Entende-se por “métodos activos” o conjunto de estratégias didácticas que estimulem os alunos a participarem como protagonistas da sua própria aprendizagem.

d) - Realizar a avaliação personalizada, a qual implica o diagnóstico e o prognóstico (situação concreta de cada aluno e previsão do nível a alcançar), e que centre a atenção mais na excelência dos resultados do que na suficiência. Para o conseguir, pratica-se a avaliação formativa e contínua ao longo do processo educativo, precedida da avaliação inicial ou diagnóstica no início do ano lectivo ou de trabalho com os alunos, que terminará com a avaliação sumativa e geral no fim de cada período escolar.

e) - Proporcionar aos alunos o assessoramento académico pessoal de cada professor nas disciplinas que lecciona, de modo que com as informações da avaliação formativa eles possam alcançar melhor rendimento escolar. Deve igualmente - qualquer professor é um educador - prestar aos alunos a ajuda e orientação pessoal necessárias para o seu desenvolvimento moral.

F. A Consideração Especial da Língua como Veículo do Pensamento

A língua é o veículo do pensamento. Na medida em que os nossos alunos a utilizem com maior precisão, ordem e rigor, a expressão do seu pensamento será mais rigoroso, rico e preciso. Todos os professores são professores de Português, porque dedicam boa parte do seu tempo de ensino a trabalhar os processos da linguagem: ler, escrever, falar...; e devem fazê-lo cada vez com maior perfeição, exigindo o mesmo aos seus alunos.

O aspecto mais básico é a leitura. Muitas dificuldades actuais e futuras, mesmo nos cursos superiores, têm a sua origem nas deficiências de leitura, na descodificação de um texto. Nunca acaba a aprendizagem da leitura, sempre se pode ler melhor, compreender mais, interpretar melhor o que se lê...

Deverão utilizar-se todos os meios para que os alunos se expressem cada vez melhor, com maior fluidez e perfeição, tanto oralmente como por escrito, exigindo qualidade e proporcionando ocasiões de exercício.

Para enriquecer a capacidade de captar (ler, escutar) e exprimir (falar, escrever) mensagens, é fundamental o manejo e aquisição, constante em todos os anos e ciclos, de um vocabulário rico. No ensino de todas as matérias deve-se procurar que os alunos conheçam e utilizem os termos científicos próprios de cada área, bem como os que apresentam dificuldade ortográfica.

G. O Trabalho Autónomo e Cooperativo do Aluno

O professor há-de promover a aprendizagem autónoma tanto a individual como a cooperativa (em grupo), para que os alunos possam ir sendo cada vez mais capazes de planificar e controlar a própria aprendizagem. Ao ganharem em autonomia, os alunos estarão em melhores condições de enfrentar os problemas que se lhes coloquem em cada dia, serão mais capazes de prever as consequências dos seus atos e apreenderão com os próprios erros, e assim tomarão as decisões mais responsabilmente.

Interessa favorecer o agrupamento flexível e o trabalho cooperativo dos alunos. Podem-se agrupar de diversas maneiras e formar pequenos grupos numa ocasião e grandes noutra. Trata-se de pôr o agrupamento de alunos ao serviço da aprendizagem sem o submeter às normas rígidas de um agrupamento fixo. Para o conseguir, utilizam-se as quatro situações de aprendizagem seguintes:

Trabalho individual

Trabalho em equipa (trabalho de grupo e de pares)

Trabalho grupal (pleno da turma)

Trabalho em grande grupo (ciclo...)

Os hábitos de generosidade, compreensão, colaboração, companheirismo e justiça reforçam-se mediante os trabalhos em equipa. Deve sugerir-se como primeiro objectivo individual dos alunos mais capazes, ajudarem os seus colegas na realização de tarefas escolares, especialmente no domínio e recuperação dos objectivos fundamentais.

H. Aprendizagem Significativa

O aluno compreende melhor um novo conteúdo de aprendizagem, quando o relaciona significativamente com algo que já tenha aprendido, com conteúdos de outras áreas ou com a realidade circundante. A aprendizagem transfere-se e assimila-se com muito mais facilidade.

O professor há-de proporcionar oportunidades para pôr em prática os novos conhecimentos, para que o aluno possa comprovar o interesse, a utilidade ou a importância do que está a aprender, e assim, consolidar aprendizagens que transcendem o contexto em que se produzem. Por outro lado, convém estabelecer a relação entre as atividades de aprendizagem com a vida real dos alunos, partindo sempre que seja possível das suas experiências e conhecimentos prévios.

Aplicando estas ideias ao desenvolvimento do pensamento, o que se aprende pensando, adquire-se mais profundamente; ou seja, recorda-se melhor, desenvolve o pensamento e torna possível a

transferência da aprendizagem para outras áreas e para a sua vida pessoal, de maneira que o aluno pode interpretar e resolver novas situações que se lhe coloquem. Neste sentido, não se trata que os alunos adquiram conhecimentos sobre técnicas de trabalho intelectual, mas que as assimilem sistematicamente com o exercício, usando-as no seu trabalho quotidiano, para que se convertam em hábito de trabalho e num estilo próprio de aprender e trabalhar.

A participação dos alunos, diversa segundo a sua maturidade, na planificação, observação e avaliação da sua aprendizagem – nas três áreas de conteúdos: conhecimentos, processos e atitudes – facilita o progresso do pensar e do agir. Esta participação favorece a atuação responsável, já que os alunos tornam-se conscientes do que fazem, por que o fazem e quais as vantagens dessa maneira de proceder.

Interessa fomentar a aprendizagem por meio da descoberta e experimentação. Encher de conteúdo as excursões e as visitas de estudo, relacionando-as com os conteúdos disciplinares, de modo que fomentem a observação sistemática, a percepção atenta das diferenças e semelhanças, a classificação com diferentes critérios e outras destrezas mentais, mediante cadernos de campo, fichas de observação, registos, etc.

Recorrer frequentemente à aprendizagem com recurso à pesquisa e investigação tanto nos laboratórios e centros de recursos, como em aulas eminentemente práticas ou em trabalhos de campo; promovendo a reflexão, a formulação e comprovação de hipóteses.

I. Ambiente Favorável para a Aprendizagem

A atmosfera interpessoal em que se desenvolve o trabalho escolar há-de permitir ao aluno sentir-se apoiado, respeitado como pessoa, capaz de orientar a sua própria atividade. A aula há-de constituir um âmbito agradável de trabalho.

O ambiente educativo da aula deverá favorecer, além do exercício das virtudes, o desenvolvimento das capacidades intelectuais. Para isso, é necessária uma atmosfera em que se possam expressar as ideias e opiniões sem temor do ridículo, em que se estimule e reconheça o esforço por pensar e explicar as coisas, por apresentar razões, mesmo que não sejam do livro de texto.

A decoração da aula deverá ser atraente, feita com bom gosto e variar com certa frequência: fotografias, cartazes, trabalhos, mapas, etc.

J. Integração das Tecnologias da Informação e Comunicação

A incidência das tecnologias na sociedade actual manifesta a necessidade de que os alunos utilizem os equipamentos de modo adequado, dentro da sistematização do programa educativo.

O desenvolvimento das tecnologias não diminui em nada o papel dos professores, antes pelo contrário, modifica-o profundamente e constitui para eles uma possibilidade que devem aproveitar. De certo modo, as tecnologias convertem-se num saber colectivo que aos professores incumbe organizar situando-se resolutamente na vanguarda da mudança.

As tecnologias abrem novas possibilidades e acrescentam imensas vantagens ao processo de ensino-aprendizagem

K. Desenvolvimento da Segurança e Auto-Estima dos Alunos

O professor há-de manifestar sempre em relação aos seus alunos uma atitude positiva:

- reconhecer o esforço e os sucessos obtidos;
- estimular informando o que vai bem e o que pode melhorar;
- animar para que construam uma imagem real e positiva de si próprios e reforcem os sentimentos de eficácia e segurança;
- manter uma relação de estimulante optimismo.

A auto-estima – valor que uma pessoa atribui a si mesma – depende, em boa medida, do conceito que dela tenham as pessoas mais significativas que a rodeiam: pais, familiares e professores.

Quando um aluno se sente estimado, propõe-se metas mais realistas, aceita os outros tais como são, aprende com maior eficácia e aplica a sua criatividade nas situações novas que tiver de enfrentar.

Não se trata de elogiar por elogiar, sem moderação nem motivo. Reconhecer as coisas positivas de uma pessoa ou do seu trabalho, ajuda-a a sentir-se bem consigo mesma e motiva-a a aceitar o esforço que supõe a aprendizagem, já que está segura das suas capacidades. O elogio excessivo e a despropósito costuma provocar que o móbil das acções do aluno deixe de ser interno, para passar a ser a recompensa externa, na forma de elogio, pelo que a satisfação de ser capaz de fazer alguma coisa bem e tê-la feito passaria para segundo plano.

L. Contar com o Ritmo Pessoal de Aprendizagem

O domínio de um conteúdo de aprendizagem supõe tempo, que é diferente segundo o ritmo pessoal. A aprendizagem tem um carácter progressivo. Convém prever estratégias metodológicas que tornem possível que o tempo atribuído à aprendizagem seja – na maior medida possível – um tempo ocupado a aprender.

A distribuição do tempo de ensino e aprendizagem deve contemplar que o aluno lhe possa dedicar todo o seu tempo de aprendizagem, se precisar dele, ao domínio dos objectivos fundamentais. Igualmente, os alunos que conseguem rapidamente os objectivos fundamentais, precisam de dispor de tempo para alcançar o maior número possível de objectivos individuais.

Os exercícios orientados pelo professor, que aumenta o grau de dificuldade à medida que o aluno vá tendo possibilidades de superar com êxito as tarefas que se lhe propõem, é a via mais eficaz para o desenvolvimento das capacidades mentais.

M. Avaliação

É patente que os alunos estudam de acordo como são avaliados pelos seus professores, ou seja, de como se utilizam os meios para que aprendam aquilo que mais tarde vai ser avaliado.

Uma primeira ideia deve ficar bem clara: a avaliação educativa não tem como fim “classificar” todos e cada um dos alunos, mas antes “valorizar” ou “descobrir” as possibilidades dos estudantes com o objectivo de que desenvolvam ao máximo as suas capacidades ou ultrapassem as suas limitações.

Na avaliação distingue-se a função social da função educativa. Quando os resultados positivos de uma avaliação conferem determinados “direitos” ao que triunfou nas provas estamos perante a utilização social da avaliação. As avaliações são verdadeiramente educativas, quando servem para ajudar o sujeito, orientando-o sobre o que é mais conveniente para desenvolver as suas capacidades ou para superar as deficiências que se tenham detectado durante a avaliação.

Estreitamente unida a estes dois tipos de avaliação está a distinção entre avaliação sumativa e avaliação formativa. A formativa utiliza-se como meio de serviço e apoio ao aluno, indicando-lhe os aspectos positivos e negativos do seu desenvolvimento educativo, permitindo descobrir tanto os sucessos como as insuficiências ou lacunas na aprendizagem, orientando no sentido de potenciar o êxito ou superar o insucesso. A avaliação sumativa, como o adjectivo indica, apresenta-se como expressão da suma de conhecimentos que o sujeito possui. A avaliação formativa precede a sumativa a realizar no fim de um período ou ano escolar.

A interpretação dos testes e provas envolve sempre alguma comparação. Quando esta se faz entre os resultados obtidos por um sujeito e os que se consideram “normais” num conjunto significativo de pessoas, diz-se referida a uma norma. Quando a comparação se faz entre resultados obtidos e um determinado tipo de tarefa, a interpretação diz-se referida a um critério.

A avaliação personalizada entende-se como forma de avaliação referida a um critério em que previamente se estabelece o que razoavelmente se pode esperar de um sujeito.

A avaliação não se refere unicamente aos conhecimentos, mas igualmente às técnicas de trabalho e à aquisição de hábitos, ou seja ao grau de desenvolvimento das destrezas intelectuais e à interiorização dos valores. Como é evidente, o desenvolvimento cognitivo e moral não se pode medir com a mesma objectividade com que se medem os conhecimentos, mas é importante avaliar qualitativamente os progressos que os alunos vão realizando no seu desenvolvimento pessoal. A observação sistemática do comportamento e do trabalho dos alunos nas diversas situações da vida escolar é a ferramenta mais adequada para avaliar estes aspectos.

A avaliação personalizada exige que se conheça com antecedência qual é o rendimento adequado às condições de cada aluno, ou seja, o que se espera dele tendo em conta a predição feita previamente. Quando o rendimento de um estudante é igual ou maior do que o previsto para ele, estamos perante um Rendimento Satisfatório; quando o rendimento real alcançado é inferior ao previsto, estamos perante um Rendimento Insatisfatório.

Pode-se falar de quatro situações em que um aluno se pode encontrar - ordenadas por ordem da sua gravidade - do ponto de vista do rendimento obtido, e que devem merecer dos educadores também quatro estratégias diferentes de educação:

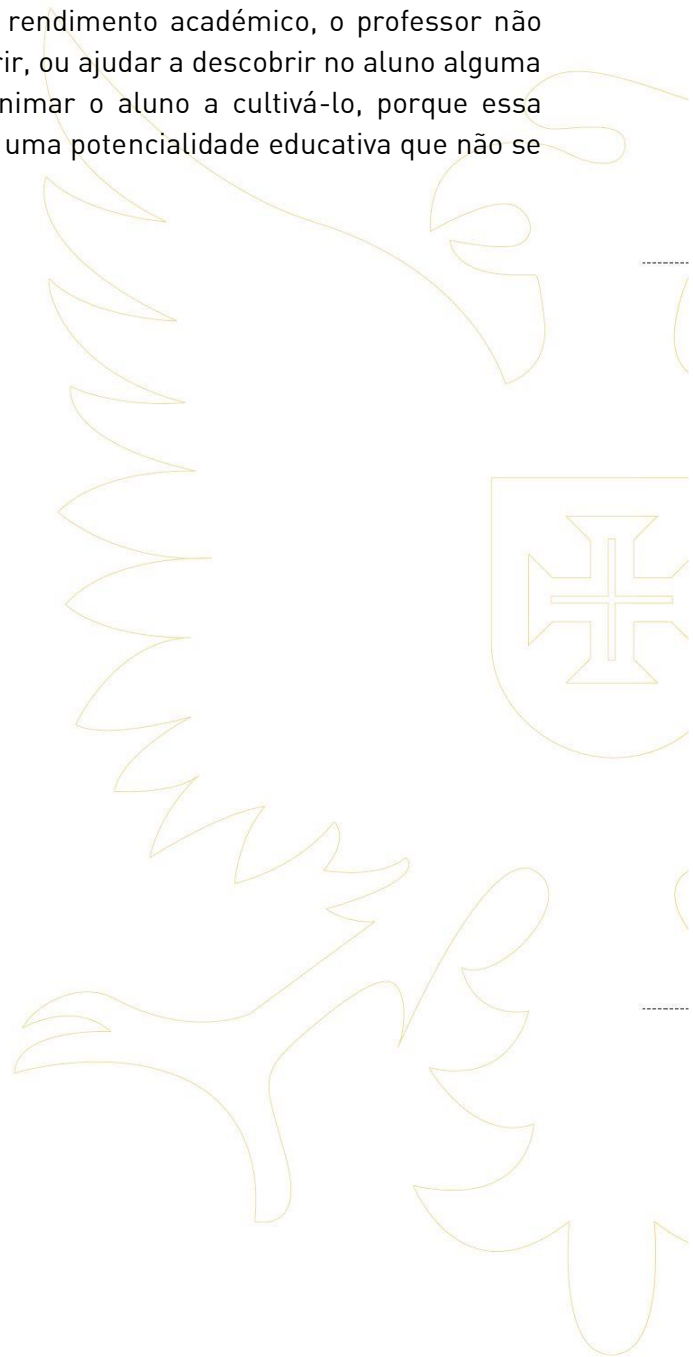
“positivo e satisfatório”

“positivo e insatisfatório”

“negativo e satisfatório”

“negativo e insatisfatório”

Seja qual for a situação do aluno relativamente ao seu rendimento académico, o professor não deverá nunca esquecer uma tarefa fundamental: descobrir, ou ajudar a descobrir no aluno alguma aptidão particular ou interesse especial. Haverá que animar o aluno a cultivá-lo, porque essa “excelência” pessoal, que em todos se pode encontrar, é uma potencialidade educativa que não se pode deixar de lado.



IV. O Estilo Educativo e a Acção Orientadora

A. O Preceptor e a Orientação Pessoal

O preceptor é um professor que, como parte do seu trabalho profissional e por encargo da Direcção do Colégio, assume a responsabilidade de assessorar uma família e ajudá-la na educação dos seus filhos. Esta tarefa implica a orientação pessoal de um ou mais alunos membros dessa família, de acordo com os seus pais, primeiros educadores, aos quais corresponde um direito irrenunciável sobre a educação dos filhos. Neste sentido, a principal função do preceptor é ajudar os pais e o próprio aluno a elaborar o projeto pessoal de melhoria, procurando que haja unidade de critérios e de ação educativa entre o Colégio e a família.

No processo de educação personalizada, entrecruzam-se os planos de orientação que correspondem a todos os professores como educadores e os que são específicos do preceptor; porque todos devem ajudar o aluno a conhecer-se, a valorizar o mundo que o rodeia, a fazer uso recto da sua liberdade decidindo entre diferentes possibilidades de agir, a esforçar-se por alcançar rendimento académico satisfatório e outros objectivos de formação humana e espiritual que desenvolvam a sua personalidade. Mas ao preceptor compete um trabalho sistemático que vai muito mais além e se apoia na relação pessoal de confiança com a família, com os pais e os filhos, para poder ajudar o educando a crescer como pessoa, dando de si o máximo das suas capacidades. As exigências de profissionalismo, confiança e confidencialidade fazem que nem sempre seja possível a orientação de uma família ou aluno por determinado professor: com efeito, o preceptorado exige aceitação mútua que não pode ser obrigada, mas livre e assente numa base de confiança.

Não se deve confundir a figura do preceptor com a do director de turma, ao qual corresponde a orientação colectiva duma turma através de meios de formação específicos, embora seja evidente a conveniência de que seja o seu principal preceptor para que possa coordenar com maior facilidade a orientação pessoal com a colectiva.

Convém distinguir a função orientadora de qualquer professor, a que corresponde ao director de turma e, por sua vez, a do preceptor.

1. Atitudes do preceptor

Para realizar o seu trabalho com profissionalismo, o preceptor deverá conhecer bem as qualidades e limitações de cada aluno, o carácter, as virtudes e defeitos, o ambiente familiar, amigos, aproveitamento das aulas, tempo e técnicas de estudo que emprega, bem como outras circunstâncias importantes. Procurará obter estes dados através da observação pessoal, da relação confiada com o aluno e os pais, dos professores e dos serviços técnicos de psicologia.

A relação do preceptor com o aluno e a família – embora seja uma atividade prática que se aprende com o exercício – há-de ser uma ação pedagógica cientificamente fundamentada - porque se trata duma atividade profissional -, e requer preparação específica e a especialização do professor.

Mas não basta adquirir um bom conhecimento de cada aluno, porque mais do que uma técnica fria, o preceptorado é uma relação confiada de ajuda entre a família e o professor, ordenada ao desenvolvimento pessoal do estudante. Por isso, a primeira condição para educar é aceitar e relacionar-se confiadamente com os pais e o aluno, com as suas qualidades e defeitos. Neste sentido, a educação pressupõe entrega pessoal do educador: fazer e ensinar, exemplo e palavra, coerência entre o que se pensa e o que se vive.

Os pais e os alunos não-de encontrar no preceptor uma pessoa que os orienta na descoberta e satisfação das suas necessidades, que os ajuda no desenvolvimento das suas possibilidades e na solução dos seus problemas educativos. A confiança necessária em todos os atos educativos torna-se imprescindível no preceptorado, e supõe a preparação técnica adequada.

O preceptor deve desempenhar o seu papel com fina delicadeza, sem invadir indevidamente a intimidade da família e do aluno. Por isso, antes de mais precisa de ganhar a sua confiança, o que conseguirá se manifesta disposição de servir: se actua de acordo com as suas convicções e dá bom exemplo, se é leal e guarda sigilo profissional, se transmite segurança e serenidade, se sabe entusiasmar. Se o aluno ou alguns pais não desejam manifestar a sua intimidade, o preceptor deve respeitar essa situação, sem a forçar. No entanto, o preceptor pode ganhar essa confiança com ciência, paciência, compreensão e naturalidade, quando mostra o seu saber, a sua disponibilidade, exemplo e coerência pessoal. Todavia, isto é compatível com evitar dependências pessoais: antes pelo contrário, o preceptor há-de fomentar a autonomia e responsabilidade pessoal do aluno e dos seus pais, sem se tornar “insubstituível”. Sem esquecer que a relação preceptor--família é de carácter profissional.

O preceptor está obrigado a guardar sigilo profissional acerca do que os pais e o aluno lhe confiaram, esta reserva é um dever moral. Nesta perspectiva, quando o preceptor conhece pelo aluno algum dado importante que deva ser conhecido dos pais, aconselhá-lo-á a que lhes fale desse assunto, pode mesmo oferecer-se como mediador, mas nada fará sem o seu consentimento. O compromisso de viver o sigilo, obriga-o igualmente mesmo em questões aparentemente sem qualquer importância, mas que foram conhecidas no âmbito duma conversa de algum modo confidencial.

Como é evidente, o sigilo deverá ser guardado em todas as circunstâncias, mesmo com os outros professores. A propósito de querer “fornecer elementos” – por exemplo numa reunião da equipa educadora - , o preceptor não pode revelar dados que prejudiquem a “imagem” do aluno e da sua família. Isto não quer dizer que não se proporcionem algumas informações - sem pormenores desnecessários e com prudência – que possam ajudar os professores a acompanhar academicamente o aluno. Se o preceptor não vivesse esta obrigação moral, arruinaria a confiança do aluno ou da sua família, e por conseguinte a eficácia educativa. De qualquer modo, seguir sempre o critério de ao falar de outras pessoas, fazê-lo sempre positivamente, no momento e lugar

adequados, com a pessoa ou pessoas envolvidas e de acordo com as responsabilidades que cada um possui.

O preceptor não limita a sua tarefa a dar bons conselhos, mais ou menos adequados, segundo os dados que possa obter por informações externas. Antes de mais, saber escutar. Só quem manifesta autêntico interesse pelo que lhe comentam os pais ou o aluno - embora possam parecer assuntos sem importância - está em condições de alcançar um grau de comunicação tal que lhe permite colocar-se no lugar do outro e ver as coisas dessa perspectiva, de modo que possa orientar o seu olhar na direcção correcta.

O preceptor não deve sobrepor-se à vontade dos pais, assinalando-lhes o que devem fazer, mas ajudá-los a tomar as suas próprias decisões, a actuarem com liberdade pessoal, colocando-os face às suas responsabilidades. Não impor uma atuação - por muito clara e importante que se apresente -, mas sugeri-la ou simplesmente apresentá-la como uma hipótese de trabalho. Se o preceptor banalizasse as relações com o aluno ou família e se limitasse a uma relação estereotipada, talvez conseguisse que aceitassem os seus conselhos - para ficarem bem ou livrarem-se da insistência -, mas teria perdido a ocasião de ajudar.

O preceptor deve actuar sempre com uma postura positiva, atendendo todos com calma, sem se assustar nem desanimar com nada, evitando tudo quanto pareça imposição, coacção ou sobreprotecção. Mas, cordial e amavelmente, ajudar a reflectir sobre a situação em cada um se encontre, a esforçar-se por superar os defeitos e consolidar as qualidades positivas.

2. Em primeiro lugar a família

Encontramo-nos novamente no ponto de partida das últimas considerações: o objectivo é ajudar as famílias na educação dos seus filhos, com autonomia e liberdade pessoal. No fundo, trata-se de colaborar com cada família na formação dos seus filhos para que estejam em condições de traçar o seu projeto pessoal de vida e de o prosseguir. Nada mais oposto a esta realidade que a pretensão de modelar o aluno segundo um esquema prévio, como pretenderia um pai ou preceptor absorventes que tratassem de impor à criança ou adolescente um projeto de vida a partir de fora.

Se o preceptor atendesse os alunos mas não os pais estaria a perder o seu tempo, porque são os pais que têm o direito e a responsabilidade da sua educação, os que conhecem o seu filho, com conhecimento íntimo e profundo, os que influem decisivamente sobre a sua educação, muito mais que o Colégio ou o ambiente social. Os pais são os primeiros modelos para os filhos, que eles imitam com grande naturalidade, até se parecerem não só nos traços físicos, mas igualmente nos gestos, na forma de falar, no carácter. A família, primeira célula da sociedade, tem um enorme potencial educador, mesmo nos ambientes completamente adversos.

Um conhecimento suficiente da família permitir-lhe-á ajudar os pais na sua função, ao mesmo tempo que favorece a continuidade entre o ambiente escolar e o familiar, a unidade de critérios necessária para o desenvolvimento harmónico das virtudes, num clima comum de atenção pessoal, trabalho, alegria e amável exigência.

É indispensável que os pais estejam dispostos a pôr em prática na vida familiar critérios básicos coincidentes com os do Colégio. De outra forma, a incoerência entre os dois âmbitos naturais da educação prejudicaria o aluno e tornaria pouco eficazes os esforços para o ajudar a melhorar a sua formação pessoal. Por conseguinte, a primeira preocupação do preceptor deve ser conseguir a comunicação fluida com os pais dos alunos, que lhe permita conhecê-los bem, aprender com eles e ajudá-los a levar a cabo a sua tarefa de primeiros educadores. Se excepcionalmente, alguma família mostrasse total falta de sintonia com os princípios básicos de educação do Colégio, o preceptor – com conhecimento e autorização da Direcção – procuraria ajudá-los a compreender que uma situação assim prejudicaria os seus filhos.

3. As entrevistas de preceptorado

Os pais - e os alunos também - vão com gosto às entrevistas de preceptorado e aceitarão bem a sua ajuda quando notam a sua competência profissional, que conhece bem os seus filhos, que os aceita, compreende e ajuda. Isto transparece sempre do respeito e afecto com que o aluno fala em casa do seu preceptor.

A preparação cuidadosa da entrevista é uma elementar manifestação de profissionalismo e de respeito para com os pais e os alunos. Deverá levar para a entrevista os dados mais recentes e um breve guião dos assuntos a tratar.

Quem conhece bem o aluno, com todos os antecedentes, são os pais. Por isso, o preceptor há-de ponderar muito bem o seu juízo quando não coincide com o dos pais. Terá a elementar prudência de escutar primeiro os pais antes de falar e abster-se de exprimir a sua opinião se não possui dados seguros. A conversação deverá manifestar profissionalismo, delicadeza e sinceridade, sem nunca dar a impressão de que se quer dar lições. Seja como for, ao diálogo com os pais deve presidir um tom positivo: falar do que vai bem e do que se deve mudar, mas com esperança, porque qualquer pessoa tem sempre a possibilidade de melhorar, mesmo em situações muito complicadas.

A orientação pessoal contínua exige, pelo menos, uma entrevista formal frequente com cada aluno e casal para os ajudar a conhecerem-se melhor, para que se aceitem como são e adoptem as decisões firmes de melhoria familiar ou pessoal. É necessário preparar as entrevistas, pelo que pode ser útil levar uma ficha de cada aluno ou família onde se pode anotar de modo discreto alguns dados de interesse, nunca elementos confidenciais. É discutível se convém ou não tomar notas durante a entrevista: será conveniente nuns casos, porque o aluno verá que se leva a sério, enquanto noutros, será preferível evitá-lo, pode ser interpretado como algum afastamento ou falta de confidencialidade. Seja como for, após a entrevista, o preceptor deve registar os elementos mais significativos da conversa para que os tenha presentes nas entrevistas futuras.

Sendo um meio insubstituível, o assessoramento familiar e a orientação pessoal não se deverão reduzir às entrevistas formais. O convívio diário proporciona muitas oportunidades de contactos esporádicos e breves que possuem um grande valor para estimular e animar, resolver alguma pequena situação, felicitar por algum objectivo conseguido; em suma, para demonstrar aos alunos e pais que nos interessa a sua situação, a sua vida, êxitos e dificuldades.

Acompanhar-se-á cada um tal como é, tirando partido das suas possibilidades, criando uma atmosfera positiva dos fenómenos próprios de cada idade ou situação. Convém fomentar a atitude de encarar os problemas com optimismo, com desportivismo - mesmo que não se consiga resolver de imediato algum problema -, ganha-se muito com essa postura.

A atitude de respeito e acolhimento é especialmente agradecida pelos pais e alunos. Pelo contrário, fazê-los passar por uma espécie de interrogatório ou exploração acaba por reduzi-los a um papel de escuta e resposta, agreste e privado de qualquer iniciativa na solução das suas necessidades e inquietações. A atitude respeitosa evita que se reduza o que é intrinsecamente pessoal à vulgaridade ou banalidade.

O preceptor deverá evitar alguns defeitos ao relacionar-se com os pais e os alunos: falar muito e escutar pouco; ser indiscreto; atitude paternalista, ou no extremo, ser rígido sem afecto; exige inoportunamente e não conta com o tempo. Há-de evitar a prepotência que supõe presumir confiança que não conquistou, bem como a falta de sinceridade mostrando segundas intenções. Não deve dar sensação de pressa, nem limitar-se a tratar alguns temas superficialmente numa conversa trivial, sem concretizar pontos de melhoria com a família e com o aluno. Por fim, deverá evitar-se as indicações taxativas, como se fossem ordens: ajudar a que descubram por si próprios o que devem fazer e porquê, ou terá de algum modo perdido o tempo, porque não soube ajudá-los a exercer a sua liberdade com responsabilidade

4. A orientação pessoal

Uma boa entrevista exige preparação tanto por parte do preceptor como dos pais, e deve começar pela avaliação dos objectivos estabelecidos na conversa anterior. Os temas a tratar em cada entrevista são muito variados, já que nem os pais nem o preceptor se podem limitar a comentar os resultados académicos, embora seja importante tratar este ponto com profundidade e até, aparentemente, seja o assunto que mais preocupa os pais. Com efeito, o trabalho é o meio fundamental para a própria realização pessoal e meio educativo por excelência, mas nas entrevistas com os pais deve-se tratar um leque variado de assuntos, em especial, tudo o que se refere à vida familiar, à formação do aluno e à sua capacidade de relação: comportamento em casa e no Colégio, carácter, relações de amizade e uso do tempo livre; para que se possa ajudá-lo a desenvolver as virtudes e a corrigir os defeitos.

A relação do preceptor com os alunos possui um conteúdo muito amplo e refere-se a múltiplos temas. Trata-se de procurar conhecer as suas capacidades, necessidades e interesses; de pôr em condições de captar os valores e o seu sentido; de conhecer o porquê das coisas e o seu fundamento ético; de o ajudar a entender que ser feliz supõe coerência com o bem e superar o egoísmo para se abrir aos outros; de ter vontade para construir uma sociedade mais justa; de adquirir a capacidade de distinguir o importante do acessório; em suma, tudo aquilo que permita obter a felicidade na vida pessoal e na relação com os outros.

5. A orientação académica

O rendimento académico costuma ser o ponto de partida da relação do preceptor com o aluno e com os seus pais. Aqui entra em jogo o seu prestígio como orientador, apesar de não ser o tema mais importante. Precisa de partir dum diagnóstico preciso das possibilidades e limitações de cada aluno, realizado com os dados do seu processo, da observação pessoal, com a informação prestada pelos pais e professores, relatórios psicológicos e outros. Este diagnóstico está em atualização contínua para se poder acomodar ao nível de exigência das novas situações pessoais e para conseguir altos níveis de motivação para a aprendizagem. A orientação académica requer conhecer para que disciplinas está mais dotado, onde deve insistir mais, como é o seu aproveitamento escolar, se usa o material necessário e adequado, se tem um plano de estudo em casa, se usa técnicas de estudo eficazes, quando e onde estuda.

6. A Orientação Profissional

A orientação profissional dos alunos exige prudência, deve basear-se em testes psicotécnicos, nos resultados académicos dos últimos anos, na opinião da equipa educadora, dos pais e do próprio aluno. O preceptor deve ter cautela em dar o seu conselho, não fazer juízos apressados, fiado apenas na sua intuição. A nobreza exige que se fale muito claramente com o aluno e os pais, sem ocultar as dificuldades previsíveis devido às deficiências que existam em cada caso. Quando se trata de escolher cursos universitários, interessa ajudar a ponderar em primeiro lugar as capacidades e aptidões, a seguir as inclinações e gostos, finalmente as razões de conveniência e económicas. Por fim, a decisão de seguir certos estudos compete ao aluno e aos seus pais, mas convém ajudá-los para que não se deixem condicionar por critérios exclusivamente utilitaristas. Num ambiente social que sobrevaloriza a competitividade em todos os níveis, é necessário fomentar nos alunos o afã por superar-se e por adquirir um bom nível de competência, mas sugerindo-lhes igualmente horizontes profissionais de serviço à sociedade em que vivem.

É muito conveniente contar com o apoio dum Gabinete de Psicologia para ajudar os preceptores no diagnóstico, prevenção e acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, a fim de se elaborarem as estratégias de intervenção curricular mais adequadas, bem como para assessorar os professores em questões de orientação profissional. Todavia, deve-se ter bem claro que os elementos técnicos de psicologia, não substituem a tarefa orientadora do professor.

B. Os Meios Colectivos de Orientação

A orientação também se faz por meios colectivos que, convenientemente coordenados com o acompanhamento pessoal dos alunos e das famílias, têm muita eficácia. Estas atividades educativas estão a cargo do Director de Turma.

1. O Director de Turma

O Director de Turma é a peça chave da qualidade docente e formativa: é o coordenador da ação educativa recebida no Colégio pelos alunos da turma de que está encarregado e da qual é professor de uma ou mais disciplinas.

- . Coordena a ação docente dos professores, preside às reuniões da equipa educadora da sua turma e está atento ao rendimento académico de cada um dos alunos.
- . Dirige os meios de formação colectivos e serve de suporte ao acompanhamento pessoal dos preceptores.
- . É o responsável da convivência e disciplina do grupo de alunos que lhe está confiado, de modo que a turma viva num ambiente de alegria, respeito, autodisciplina, espírito de colaboração e trabalho.
- . É responsável pelas Sessões Trimestrais e outras atividades para os pais da sua turma.

2. O ambiente educativo da aula

A principal missão do Director de Turma é conseguir a convivência ordenada que facilite o trabalho intenso num ambiente de alegria, colaboração e cordialidade: há-de prestar - e fazer prestar - atenção consciente e sistemática à construção de um ambiente que canalize e multiplique o influxo educativo do Colégio, um clima que facilite o esforço e desenvolvimento do próprio ser na relação com os outros, um ambiente de disponibilidade para o trabalho individual e em grupo.

O Director de Turma esforça-se por conseguir esse ambiente e ajudar os outros professores a mantê-lo, procura que todos conheçam bem os alunos, assegura a coordenação do trabalho de todos para evitar situações de pressão.

Para conseguir esse ambiente de serenidade tudo é importante: o cuidado dos pormenores materiais da aula, a decoração da sala, a distribuição funcional dos alunos que ajude a evitar situações de tensão nos alunos. E, ao mesmo tempo, o empenho de todos os professores por viverem continuamente uma série de atos incidentais programados sistematicamente e referidos ao uso das coisas, à relação com as pessoas, ao porte pessoal... Estes factos incidentais contribuem para a formação de hábitos de comportamento e facilitarão os sentimentos de segurança, dignidade, auto-estima e espírito de serviço.

Estes pequenos estímulos contínuos – atos incidentais -, repetidos uma e outra vez contribuem decisivamente para a formação de hábitos de conduta, facilitam a ordem e geram uma sensação de bem-estar geral que dispõe para o esforço pessoal e para o trabalho bem feito, a cordialidade, a delicadeza e a harmonia. Este ambiente actua como amenizador de situações de ansiedade e excitação.

O programa sistemático de atos incidentais é compartilhado por todos os professores da turma. Às acções incidentais aparentemente dispersas, dá-lhes unidade a intencionalidade educativa e o exemplo pessoal dos professores. Assim, ajudarão os alunos a ganhar maturidade através das pequenas coisas: o modo de saudar, de se apresentar e vestir, de pedir uma coisa, de agradecer, da sua disponibilidade para ajudar, do cuidado pelo material didáctico que utilizam...

A participação activa dos alunos na programação dos atos incidentais, ajudando-os a descobrir o valor e o sentido de cada um, aumentará a eficácia deste programa; bem como procurar que os pais se proponham vivê-los na vida familiar, pois assim se potenciam mutuamente as influências do ambiente familiar e do ambiente escolar.

A maioria dos problemas da sala de aula solucionam-se escutando e fazendo pensar: facilitando-lhes a espontaneidade nas suas manifestações e a sinceridade. Se são respeitados como são, evitam-se atitudes impositivas ou excessivamente directivas, que provocam passividade nos alunos e desperdício de ocasiões educativas.

3. A Reunião de Turma

A Reunião de Turma é uma sessão de trabalho periódica do Director de Turma com os seus alunos para comentar os objectivos docentes, de formação e de convivência propostos para a turma; e para valorizar os factos mais significativos que se tenham produzido, fazendo-os assim participar no seu próprio processo educativo. A principal finalidade da reunião de turma é fortalecer os laços de companheirismo, de compreensão e respeito, de amizade e solidariedade entre os alunos. Pode servir igualmente para conseguir os seguintes objectivos:

- Fomentar o aproveitamento académico de todos os alunos e conseguir que colaborem uns com os outros individualmente e em pequenos grupos, em que os mais adiantados ajudam os seus colegas.
- Assegurar que nenhum aluno fique marginado, que todos se sintam bem acompanhados, de forma que estejam com gosto na turma e no Colégio.
- Conseguir um ambiente positivo em que os alunos vivam a sua liberdade superando dificuldades, onde se considere natural fazer as coisas bem.
- Desenvolver nos alunos o espírito de iniciativa e o sentido de responsabilidade em todas as tarefas colegiais e nos tempos livres.
- Estabelecer modos práticos que concretizem as normas gerais de convivência à situação específica da turma.

O desenvolvimento de cada reunião de turma dependerá da idade dos alunos, da situação concreta de cada turma em determinado momento, inclusive do modo pessoal de ser do Director de Turma. Enfim, trata-se dum meio aberto e flexível.

A reunião será eficaz na medida em que se tenham fixado bem os objectivos que se pretendem alcançar, preparando os conteúdos: comentar um aspecto da vida colegial, organizar os grupos de trabalho, corrigir alguma conduta grupal inadequada, transmitir uma indicação e outros que pareçam convenientes. É necessário prever o modo de apresentar os conteúdos em cada ocasião - como pode ser a conversa do professor ou comentário de algum aluno, o trabalho de grupos com a ajuda de um "caso" ou questionário, o torvelinho de ideias, a intervenção do conselho de alunos, ou uma atividade fora da aula -, os recursos humanos e materiais necessários - convidar outro professor, ajudar os membros do conselho de alunos a preparar a sua intervenção, fotocopiar algum documento, preparar o retroprojector ou outro aparelho, prever os lugares para o trabalho de grupo... -, e decidir como fazer sobressair os conteúdos com maior interesse.

A reunião de turma há-de manter sempre um tom positivo e estimulante, evitando sempre a crítica amarga, o tom jocoso. Convirá evitar referências pessoais para não deixar ninguém ficar mal: é preferível que o director de turma trate o que seja oportuno com cada aluno, em privado. No mesmo

sentido, é conveniente que os alunos exponham os assuntos com naturalidade as suas sugestões e observações, ordenadamente, sem admitir críticas negativas sobre a pessoa ou atuação de algum professor ou colega, porque são estéreis e não conduzem a nenhuma solução. A reunião de turma deve ser um meio muito activo, pelo que se deve evitar que a sessão seja monopolizada pelo director de turma.

4. Conselho de Alunos

O Conselho de Alunos é o órgão de participação dos alunos na direcção da turma - e mesmo do Colégio - e meio de formação que estimula o sentido de responsabilidade, o companheirismo e o espírito de serviço. O Conselho é também uma ajuda inestimável para se conseguir os objectivos educativos previstos para a turma e uma ajuda excepcional para a formação de alunos líderes, preparando-os para o futuro.

Normalmente, o conselho de alunos é constituído por cinco alunos escolhidos por votação secreta pelos seus colegas da turma: delegado, subdelegado, secretário, vogais. O director de turma preside às reuniões, embora deva manter uma atitude prudente para não coarctar nem impedir que os membros do conselho expressem livremente as suas opiniões e propostas de solução. O director de turma há-de ser consciente que lhe compete a responsabilidade pela direcção da turma e que não a pode transferir para os alunos. Há-de ensiná-los a participar com espírito de serviço e responsabilidade; fazer-lhes ver que ser membro do conselho significa servir, tornando-se co-responsáveis pelo bom andamento do grupo que representam; sem se inibirem perante os problemas reais da turma, mas sem pretenderem assumir competências que não lhes correspondem.

O conselho de alunos funciona a partir do 5º ano de escolaridade, embora não haja nenhum inconveniente em iniciá-lo antes. Os alunos são eleitos por um ano, durante a primeira quinzena do ano lectivo. Excepcionalmente e em caso de verdadeira necessidade, pode ser conveniente proceder a novas eleições.

O conselho é um instrumento valioso para conseguir a coesão do grupo e assegurar que nenhum aluno permaneça isolado; para promover a cooperação e a solidariedade entre os colegas, de forma que todos alcancem os objectivos previstos segundo as suas possibilidades; para organizar as ajudas que uns alunos podem prestar a outros: recuperação de matérias, aquisição de determinadas destrezas, revisão de conceitos básicos, acompanhamento dos doentes. Por outro lado, o director de turma pode contar com a colaboração do conselho para organizar atividades extraordinárias que permitam relações mais pessoais com os alunos e ajudem a conseguir um clima descontraído e de confiança, multiplicador da eficácia dos meios de formação proporcionados pelo colégio.

Sublinhou-se anteriormente que a educação supõe a liberdade da pessoa. Por isso, é importante procurar a participação dos alunos, a partir de pequenos, nas decisões que lhes digam respeito. Essa participação não diminui a autoridade do professor nem a disciplina do centro educativo; antes pelo contrário, é um meio muito eficaz para ajudar os alunos a desenvolver as virtudes da convivência, para conseguir a sua colaboração na solução dos assuntos que afectam a turma, e para

despertar o espírito de iniciativa. Nalgumas ocasiões, o conselho de alunos será precisamente o melhor meio para atalhar um problema de indisciplina, inclusive para decidir a sanção que merece por uma atuação desafortunada.

5. Os encargos dos alunos

Os encargos são um meio particularmente eficaz para fomentar o sentido de responsabilidade dos alunos e o espírito de serviço aos outros. São pequenas responsabilidades quotidianas de serviço que permitem colaborar no bom funcionamento da vida escolar.

Para que um encargo tenha eficácia educativa, é preciso antes de mais nada que seja útil, ou seja que preste um serviço efectivo. Os alunos motivam-se quando se lhes faz ver que o esforço de cada um no seu encargo contribui para o bom funcionamento da turma. Por outro lado, fomentará a responsabilidade se tiverem consciência que deverão prestar contas – perante os colegas e o professor – do trabalho realizado ou da ajuda prestada.

A responsabilidade supõe tomar decisões pessoais na escolha dos modos de melhor os cumprir. Ao programar os encargos, convém procurar que fomentem a iniciativa pessoal em encontrar maneiras próprias de os cumprir. Daí que seja bom animar quem encontrou um novo caminho para realizar a sua tarefa, mesmo que o resultado não seja muito animador.

Os encargos, além de promoverem a responsabilidade e de possibilitarem um clima educativo adequado, potenciam a confiança do aluno em si mesmo ao reforçarem a segurança pessoal. São um meio para desenvolver destrezas através da experiência, porque ao assumir uma responsabilidade, o aluno exercita as suas capacidades.

Ao distribuir os encargos, convém ter em conta o carácter, qualidades e defeitos de cada aluno. O plano de distribuição de encargos há-de ser feito com grande flexibilidade, atendendo às características dos alunos da turma.

Pode ser conveniente que os conselhos de alunos tomem parte na distribuição dos encargos pelos colegas, pensando – com a ajuda do professor – que encargo se deve atribuir a cada colega, evitando os favoritismos.

É necessário o controlo periódico do cumprimento dos encargos. É interessante que - como encargo próprio - os alunos mais velhos colaborem com os professores no acompanhamento dos encargos dos alunos mais novos, ensinando-os a desempenhá-los bem.

A experiência aconselha que, entre os 6 e os 12 anos, os encargos variem com muita frequência – todos os meses ou em cada período escolar. Pode-se mudar o encargo mesmo num curto espaço de tempo, embora seja bom fomentar a constância no seu cumprimento. É preciso não perder de vista que os encargos são um meio, um instrumento ao serviço do processo educativo do aluno, e não um fim em si mesmo. Daí, que todos os professores devem procurar fazê-los cumprir, especialmente no início e no fim das aulas.

6. O Programa de Orientação e Formação

Trata-se dum programa sistemático de educação nos valores, adaptado ao momento evolutivo dos alunos de cada idade e coordenado pelo director de turma.

Este programa desenvolve-se nas reuniões de turma e dirige-se à formação do entendimento, ao fortalecimento da vontade e ao cultivo da afectividade. O seu sentido é completar, sistematizar e assegurar a educação nos valores que se transmite através do currículo escolar.

Possui um carácter eminentemente participativo e incorpora o estudo de temas morais, debates sobre temas de actualidade, dramatização e análise de situações que promovam o envolvimento intelectual e emocional dos alunos, estudo e discussão de casos, etc.

Para dar com eficácia este programa, o professor precisa de aprofundar cada vez mais a sua formação pessoal (através de conversas, leituras, reflexão pessoal, estudo, etc.) e dominar as técnicas dinamização de grupos, tais como:

- passar rapidamente dos princípios aos exemplos;
- relacionar interesses e opiniões dos alunos com os materiais que se apresentam;
- incorporar as notícias da actualidade aos temas de trabalho;
- voltar às ideias gerais quando a discussão se fixa no episódico;
- abandonar com delicadeza os temas que não originam reflexão;
- dirigir a discussão fora de âmbitos excessivamente pessoais ou dolorosos, sabendo ver o lado positivo das situações que se apresentam.

7. As Assembleias de alunos

São reuniões presididas por algum membro da Direcção com os alunos duma turma ou ciclo em que se informa acontecimentos relevantes da vida colegial e se apresentam de modo atractivo os objectivos docentes e formativos para essa turma ou ciclo.

A sua finalidade é dar uma visão global do centro educativo, favorecendo a unidade da vida colegial e proporcionar aos alunos vias de participação na vida do Colégio.

Convém que tenham carácter relevante e participativo e estejam muito bem preparadas pelos directores de turma. Aconselha-se a periodicidade trimestral. Pode-se realizar uma assembleia no início de cada período escolar, após cada avaliação geral, ou por ocasião de algum facto de especial transcendência.

8. Os Convívios de Estudo

A partir do 5º ano de escolaridade, os alunos devem realizar um convívio de dois ou três dias, todos os anos, num lugar apropriado para este tipo de atividade.

Num ambiente diferente e descontraído, são dias de maior convívio entre professores e alunos, que proporcionam ocasiões de cimentar a confiança mútua, a amizade e a unidade entre os alunos, de exercitar as virtudes sociais, e que permite a formação humana e cristã mais intensa.

C. Os Meios De Formação Cristã

A formação cristã requer que se alimente a inteligência com a doutrina da fé; que se ajude o aluno a adquirir hábitos de conduta e de piedade pessoal, a pôr o coração e o entusiasmo em viver de acordo com a vontade de Deus.

Todos os meios de formação e de atenção espiritual que se proporcionam no Colégio têm carácter voluntário, e prestam-se com delicado respeito pela liberdade das consciências. No que se refere à formação espiritual é imperativo o respeito pela liberdade pessoal, pois isso mesmo é exigido pela natureza do ato de fé e pelos princípios da moral. Com efeito, não há nada mais íntimo e voluntário que o ato de fé, ou que o amor a Deus. Mas o respeito pela liberdade não significa relativizar os conteúdos da fé ou da moral, para os adaptar ao sentimento ou ao modo pessoal de ver as coisas, como não significa deixar de estimular e convidar a que se receba com interesse e proveito esta formação: a liberdade das consciências pressupõe o direito fundamental de qualquer pessoa procurar e aceitar a verdade; de formar a sua consciência de acordo com a verdade encontrada; e de seguir os ditames da sua própria consciência.

O facto da formação no Colégio ter em conta a dimensão transcendente da pessoa e de se realizar com critérios cristãos é uma consequência da liberdade dos pais poderem escolher o tipo de educação que desejam para os seus filhos, e da liberdade dos professores para trabalharem de acordo com este modelo educativo. O Planalto não é confessional, mas todas as atividades docentes e formativas são realizadas com profunda fidelidade ao Magistério da Igreja.

O trabalho de formação cristã não se limita a penetrar de sentido cristão o trabalho escolar quotidiano, procura proporcionar aos pais, professores e alunos, que assim o desejem livremente, a adequada atenção espiritual.

A formação cristã orienta-se no sentido de conseguir a unidade de vida - isto é, a harmonia entre o modo de pensar e de viver - e apresenta os seguintes aspectos:

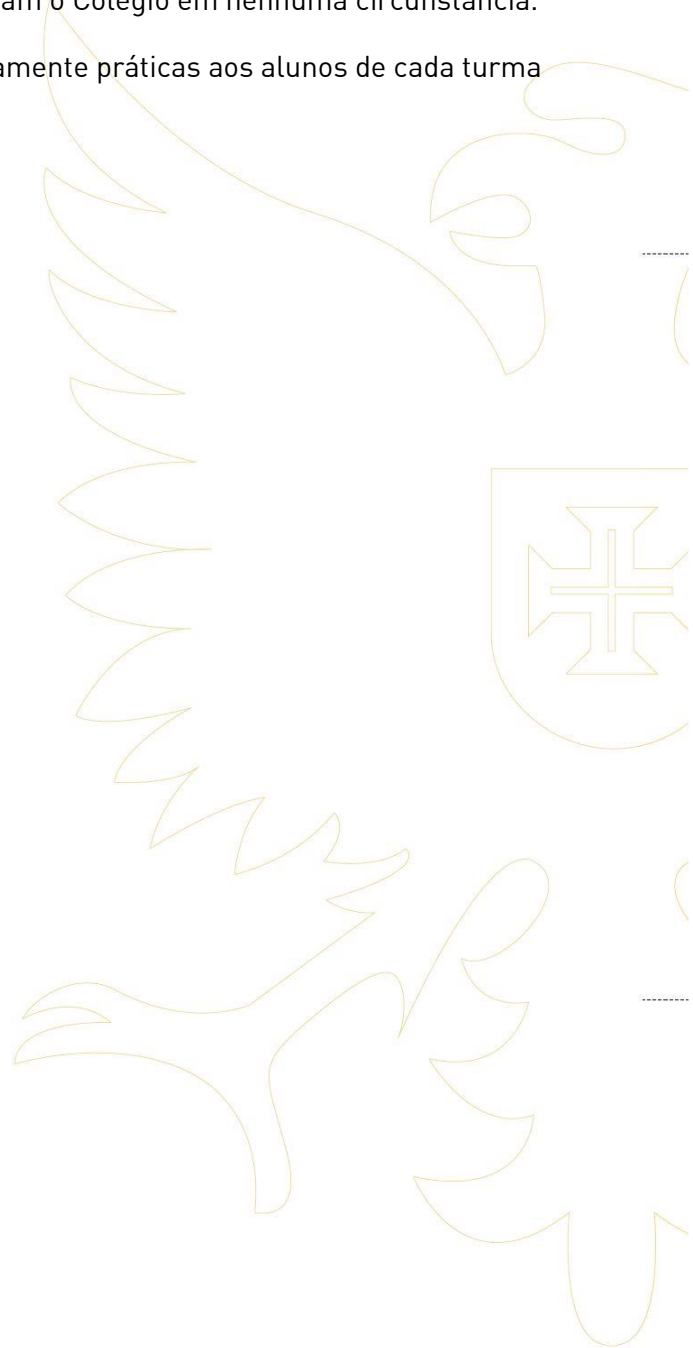
- proporcionar uma sólida e profunda formação doutrinal-religiosa adequada à capacidade das diversas pessoas;
- fomentar o ideal de vida cristã fundamentado na chamada universal à santidade e a santificação do trabalho profissional e dos próprios deveres, destacando o sentido da filiação divina, a oração e a frequência dos sacramentos, a Santa Missa como centro e raiz da vida cristã e a necessidade de uma terna e recta devoção a Nossa Senhora;
- procurar o desenvolvimento das virtudes humanas, das virtudes sociais e cívicas, dos hábitos de convivência, cooperação e serviço, e o sentido da responsabilidade social como exigências da caridade, principal virtude cristã;

- destacar a vertente apostólica da vida cristã como chamada a penetrar de sentido cristão as relações com os outros e as realidades humanas, procurando aproximar de Deus todas as almas.

A missão do Capelão no Colégio é encarregar-se da atenção espiritual dos pais, professores, pessoal não docente e alunos que livremente o desejem e - em certas ocasiões - dar algumas aulas de religião, geralmente para explicar temas de moral.

Os capelães não têm funções de direcção, nem representam o Colégio em nenhuma circunstância.

Além da atenção espiritual, os capelães dirigem periodicamente práticas aos alunos de cada turma em que lhes expõem algum aspecto da vida cristã.



V. O Estilo Educativo e as Normas de Convivência

Entendemos a disciplina escolar como o domínio de si próprio para ajustar a conduta às exigências do trabalho e da convivência próprias da vida escolar, não como um sistema de castigos ou sanções que se aplica aos alunos que alteram o desenvolvimento normal das atividades escolares com uma conduta negativa. A disciplina é um hábito interno que facilita a cada pessoa o cumprimento das suas obrigações e o seu contributo para o bem comum.

Assim compreendida, a disciplina é autodomínio, capacidade de actualizar a liberdade pessoal; ou seja, a possibilidade de actuar livremente superando os condicionamentos internos ou externos que se apresentam na vida corrente.

A. Necessidade de Normas Básicas de Convivência

Poderia pensar-se que um bom ambiente na aula ou a atuação positiva e contínua dos professores tornariam desnecessárias as regras de disciplina, mas isso seria não se dar conta de que essas regras de atuação são os pontos de apoio que tornam possível esse bom ambiente escolar. De facto, o respeito das pessoas e da propriedade, a ajuda desinteressada aos colegas, a ordem e as boas maneiras exigem que todos os que convivem numa turma aceitem normas de convívio e se esforcem no dia-a-dia por vivê-las. O bom ambiente dum colégio não se improvisa, é questão de coerência, tempo e constância.

Por conseguinte, são imprescindíveis algumas normas básicas que sirvam de ponto de referência e ajudem a conseguir um ambiente sereno de trabalho, ordem e colaboração entre todos. Um quadro geralmente aceite, que precisa os limites que a liberdade dos outros impõe à própria liberdade. Para que essas normas sejam eficazes, é necessário:

- que sejam poucas e coerentes com o Projecto Educativo;
- que estejam formuladas e justificadas com clareza e simplicidade;
- que sejam conhecidas e aceites por todos: pais, professores e alunos;
- que se exija o seu cumprimento.

No entanto, as normas, por si mesmas não são suficientes. Não se consegue a disciplina escolar mediante uma casuística exaustiva, estilo pequeno código penal escolar e com aplicação rigorosa das sanções estabelecidas. As normas de convívio nunca serão uma "arma de arremesso" nas mãos do professor para manter artificialmente um ambiente de ordem aparente. A convivência harmónica e solidária entre todos os que formam o Colégio, é consequência dum processo de formação pessoal conducente à descoberta da necessidade e do valor dessas normas elementares de convívio; que ajuda a torná-las próprias e a aplicá-las em cada circunstância, com naturalidade e sem especial

esforço, porque se traduziram em hábitos de autodomínio que se manifestam em todos os ambientes onde se desenrola a vida pessoal.

B. A Disciplina como Instrumento Educativo

No Colégio não existem problemas de disciplina: mas sim alguns alunos com problemas, a cuja formação é preciso estar atento de maneira particular. Em geral, para um educador, a solução não é excluir os que molestem, mas atender cada aluno com problemas de comportamento, de acordo com as suas necessidades pessoais.

Precisamente, porque se tratam de pessoas em formação, que ainda não alcançaram a maturidade pessoal, é necessário estabelecer um sistema de estímulos - reconhecimentos positivos e correcções - para favorecer o desenvolvimento da responsabilidade dos alunos. Assim, mais do que sancionar - recompensar ou castigar -, as normas de convivência pretendem estimular as disposições positivas dos estudantes e corrigir as tendências que não favoreçam a convivência ordenada, cheia de naturalidade e solidária entre todos.

Estímulo e correcção exigem uma atuação contínua por parte dos professores: os alunos não mudam dum dia para o outro. Na educação é absolutamente necessário contar com o tempo e não esquecer que mais do que corrigir a desordem provocada por uma conduta inadequada, importa a formação de quem protagonizou o incidente e dos seus colegas. Num sistema educativo fundamentado na liberdade e na confiança, não devemos diminuir a figura do educador reduzindo-a à de um simples guardião da ordem.

O professor deve aproveitar as incidências quotidianas para formar os alunos: corrigir as condutas negativas e reforçar os hábitos positivos. Se não se aproveitarem também as actuações positivas, alguns alunos poderão atrair a atenção do professor mediante condutas negativas. Se apenas se falasse de correcções, inevitavelmente o Colégio converter-se-ia em correcional. O professor há-de valorizar cada aluno: quando o respeita e o trata como pessoa, geralmente conseguirá que reaja como pessoa, positivamente.

A disciplina escolar é, por conseguinte, um instrumento educativo. Por isso, antes de decidir sobre as medidas a tomar perante um comportamento inadequado, é necessário:

- conhecer as correcções que esse aluno já recebeu anteriormente e como reagiu perante elas;
- as circunstâncias do aluno e o momento em que se encontra;
- os motivos do seu comportamento anómalo;
- ter em conta a repercussão que teve entre os seus colegas.

Mais ainda do que a sanção, interessa que o autor do incidente não volte a actuar do mesmo modo. Deverão ser utilizados todos os meios para que o aluno decida rectificar a sua conduta. Antes de mais, interessa fazer-lhe compreender e apreciar com objectividade o que aconteceu, numa palavra, provocar a sua reflexão. Para que a correcção seja realmente educativa, é imprescindível que o aluno valorize a sua atuação, as respectivas consequências e conclua que o seu

comportamento não foi acertado, de modo que lamente sinceramente ter actuado dessa maneira e se arrependa.

Por este motivo, sempre que seja possível, devem-se impor correcções que neutralizem os efeitos da atuação negativa com outra atuação de sentido contrário, ajudando o aluno a pedir desculpa pela sua atitude infeliz; a reparar, na medida do possível, o dano causado:

limpar o que sujou;

arranjar ou colaborar no conserto do que se estragou;

pedir desculpa publicamente ao ofendido, se a ofensa foi pública;

recuperar o tempo de trabalho perdido; etc.

Interessa conhecer bem os motivos da falta, já que a reação do professor e a sanção que se imponha devem ser diferentes caso se trate dum equívoco do aluno, consequência dum carácter inquieto ou apaixonado, reflexo de problemas familiares, algum desequilíbrio emocional ou outro, malícia ou cálculo, etc. Além disso, é preciso prudência para não fomentar atitudes de rejeição face aos meios de formação do Colégio ou do trabalho escolar. Por exemplo, não faria qualquer sentido utilizar as notas de rendimento académico para castigar os alunos.

São terminantemente proibidos quaisquer tipos de castigos físicos ou corporais, bem como todos os que impliquem humilhação para o aluno, quer pelo tom, maus modos ou atitude despeitosa ou distante do professor. O castigo brusco ou irado provoca aversão no aluno, e ao reprimir uma conduta sem a corrigir devidamente faz com que os alunos continuem a actuar mal às escondidas.

C. Características Das Sanções

Para que as sanções sejam eficazes deverão reunir, entre outras, as seguintes qualidades:

- a) - Não-de ter como fim a formação do aluno e dos seus colegas, ajudando-os a reflectir. Nunca poderão ser - nem sequer na aparência - uma represália.
- b) - Não-de ser proporcionais à gravidade da falta e em relação com a sua natureza.
- c) - Nunca se deve corrigir quando a irritação do momento suprime a serenidade: é melhor actuar mais tarde.
- d) - São mais eficazes as correcções em privado do que em público. Somente se deve corrigir em público quando, pelas circunstâncias da atuação negativa, seja necessária para a exemplaridade dos colegas.

D. O Reforço Educativo

É muito importante que haja uma linha de atuação prevista, com fases determinadas, que ajudem a formar o aluno e a evitar a arbitrariedade. A sanção, como qualquer processo educativo, há-de ser

intencional. Sendo conveniente a existência de orientações claras e precisas de como se deve proceder em cada caso, em geral, ter-se-ão presentes os seguintes critérios:

- a) - As faltas leves dum aluno, não reincidente, são corrigidas pelo professor com uma simples advertência.
- b) - As faltas mais importantes ou a reincidência das leves deverão ser corrigidas mediante uma conversa mais prolongada, em privado. Pode fazê-lo o professor, mas o preceptor ou o Director de Turma deverá ocupar-se do caso. É conveniente informar os pais.
- c) - Caso persista um comportamento desordenado, deverá intervir alguém da hierarquia do Colégio, como seja o Director de Nível. É necessário informar os pais e, em cada caso, decidir quem o fará: o preceptor ou o Director de Nível.
- d) - Além do preceptor, que deverá estar sempre informado de todas as situações, informar a Direcção, que actuará quando as circunstâncias do caso o aconselhem, com critério restritivo: estas situações deverão ser, na medida do possível, resolvidas pela hierarquia do Colégio. No entanto, pode ser positivo que algum membro da Direcção fale com o aluno, numa conversa aberta e sossegada que o ajude a reagir positivamente.
- e) - Antes de aplicar uma pena perante uma falta grave, é necessário escutar o interessado tão amplamente como o deseje. Às vezes é positivo indicar-lhe que escreva a sua versão dos factos, justifique a sua atitude e sugira uma sanção que considere adequada. Nestes casos pode ser conveniente ouvir também o Conselho de Alunos.

E. Participação dos Alunos

Deve-se procurar a participação activa dos alunos na solução dos problemas de disciplina, sobretudo quando o incidente envolveu a turma. Na maioria dos casos, é aconselhável que o Conselho de Alunos proponha a correcção que considere oportuna. Geralmente, costumam ser muito severos e será necessário moderar a correcção que sugerem.

É muito eficaz que os alunos participem na elaboração de normas de funcionamento para a turma com base nas estabelecidas para todo o Colégio, e fazer que o Conselho de Alunos as recorde periodicamente aos seus colegas.

F. Suspensão De Frequência Das Aulas

A medida mais extrema que se pode aplicar a um aluno consiste em excluí-lo da frequência das aulas.

No entanto, a sanção de maior gravidade a que se pode chegar será a exclusão definitiva do Colégio. De facto, obrigar um aluno a deixar o Colégio assenta na ideia de que “é impossível” fazer o que quer que seja pela sua educação. Mas esta convicção é impossível de sustentar moralmente. Todavia, pode ser uma medida completamente excepcional que só se justifica perante o convencimento de que será mais benéfico para o aluno frequentar outra escola de características

diferentes; ou porque está a prejudicar seriamente a formação dos seus colegas com atitudes negativas reiteradas que não se conseguiram corrigir por outros meios. Esta decisão deverá ser apoiada num diagnóstico e, sempre que possível, na orientação dos pais sobre o tipo de centro educativo conveniente para o filho.

Perante a gravidade de excluir um aluno da presença nas aulas, deverá ter-se presente o seguinte:

- é uma decisão da competência exclusiva da Direcção;
- só se justifica quando se esgotaram, sem sucesso, todos os meios educativos;
- os pais devem estar a par da situação do filho, bem como dos meios que se têm utilizado para tentar ultrapassar as dificuldades sentidas.

G. Cordialidade, Alegria e Disciplina

Como a cordialidade e a alegria devem marcar o tom habitual do ambiente colegial, pode-se perguntar se isso será compatível com a disciplina.

O conceito de disciplina deve entender-se não como imposição externa e castigo, mas antes como criação de disposições habituais de domínio interior que tornam uma pessoa capaz da participação ordenada e construtiva na convivência social.

Se tivermos presente que a alegria se fundamenta principalmente na atividade bem feita e na companhia bem vivida “com-vivida”, facilmente se infere que a disciplina pessoal, interior, é fonte de alegria e de relações cordiais. No entanto, por muito que façamos finca-pé no conceito interior de disciplina como domínio de si, não podemos esquecer que a disciplina se converte num problema quando é quebrada, daí que o conceito vulgar de disciplina, unido ao castigo, surja em primeiro plano. Logo, manifesta-se como uma atitude repressiva de certo tipo de comportamento.

O ato disciplinar só é aceitável pedagogicamente quando incide na consciência do que transgrediu a norma. Entre as orientações para o restabelecimento da disciplina perturbada, a primeira tarefa do educador deverá consistir em chamar a atenção do educando e colocá-lo em situação de reflectir sobre o seu comportamento. Se este primeiro contacto e as actuações sucessivas terminarem numa decisão eficaz do estudante para rectificar a sua atitude, a ação disciplinar alcançou o seu fim. Neste caso, será fonte de alegria a relação cordial de quem lhe prestou o apoio necessário para actuar bem; e a decisão que tomou é uma boa ação, que se prolongará no futuro de acordo com esse propósito de emenda. Aqui, temos um bem onde a alegria se pode apoiar. A “repressão” não surgirá como uma coacção externa, mas será a origem duma decisão interior e livre, concretizada numa manifestação de domínio de si próprio, num êxito educativo.

Pode-se pensar que a alegria do comportamento rectificado é uma das maiores alegrias que podemos encontrar. A alegria do bem, do novo bem realizado, surge como contraponto ao escuro pano de fundo do comportamento anti-social dominado. Não é descabido falar da alegria de rectificar como uma atitude especialmente valiosa, porque é o reverso da fragilidade humana que

tão frequentemente experimentamos na nossa vida. No saber fazer manifesta-se a aprendizagem da vida, o saber rectificar é o seu remate.

Revisto em março de 2019:

A referência a “novas tecnologias” foi simplificada para “tecnologias”, atendendo ao dinamismo do processo de inovação tecnológica.

